

**Influência da Violência Familiar no Percurso Desenvolvidamental  
dos Adolescentes**

**Influence of Family Violence on Adolescents' Developmental  
Trajectory**

Dissertação de Mestrado em Psicologia,  
na Especialidade de Psicologia Clínica

**JACINTO DE ALMEIDA GOMES**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Orientador: Professor Doutor Ricardo Barroso (UTAD)

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro



Vila Real, 2019

# **Influência da Violência Familiar no Percurso Desenvolvidamental dos Adolescentes**

## **Influence of Family Violence on Adolescents' Developmental Trajectory**

Dissertação de Mestrado em Psicologia,  
na Especialidade de Psicologia Clínica

**JACINTO DE ALMEIDA GOMES**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Educação e Psicologia, Escola de Ciências Humanas e Sociais, sob a orientação do Professor Doutor Ricardo Barroso da UTAD.



Vila Real, 2019

Declaro que todo o conteúdo e/ou ideias presentes são de minha inteira responsabilidade. Este trabalho foi expressamente elaborado como dissertação original para efeito de obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica, sendo apresentado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Educação e Psicologia.

*Human nature is complex. Even if we do have inclinations toward violence, we also have inclination to empathy, to cooperation, to self-control.*

Steven Pinker

*Aos meus filhos  
e aos meus pais*

## **Agradecimentos**

Ao Professor Doutor Ricardo Barroso, pela orientação, disponibilidade, pertinência das suas sugestões e auxílio científico que me fizeram descobrir o caminho certo para a concretização deste objetivo.

Ao corpo docente do Curso de Psicologia Clínica, pela partilha de saberes e experiências que contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos os(as) adolescentes que integraram a nossa amostra, pela disponibilidade manifestada de parte do seu precioso tempo para a colheita de dados, sem a qual esta missão se tornaria impossível.

À Professora Doutora Florbela Vitória, pelas suas preciosas sugestões que enriqueceram este trabalho.

Aos meus pais, pelo amor, carinho, apoio e incentivo incondicionais que sempre me ofereceram e que serviram de apoio em todas as decisões e indecisões da minha vida.

Ao meu irmão (*in memoriam*) pela proteção que me proporcionou na minha infância e adolescência.

À Susana minha mulher, meu amor, minha amiga e companheira de todas as batalhas das nossas vidas.

Aos meus filhos, Margarida e Gonçalo, pequenas flores que fazem da minha vida um jardim.

## Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	v	
<b>Índice de Tabelas e Figuras</b> .....	viii	
<b>Lista de Acrónimos e Siglas</b> .....	x	
<b>Introdução</b> .....	1	
<b>ESTUDO EMPÍRICO I</b>		
<b>Estudo das Características Psicométricas da Escala de Desejabilidade Social numa População</b>		
<b>Adolescente</b> .....	3	
<b>Resumo</b> .....	4	
<b>Abstract</b> .....	5	
<b>Estudo das Características Psicométricas da Escala de Desejabilidade Social numa População</b>		
<b>Adolescente</b> .....	6	
<b>Método</b> .....	10	
Participantes .....	10	
Instrumentos .....	13	
Procedimentos de recolha de dados .....	13	
Procedimentos de análise de dados .....	14	
<b>Resultados</b> .....	15	
<b>Proposta de normas por idade</b> .....	21	
<b>Discussão</b> .....	21	
<b>Implicações práticas, limitações e pesquisas futuras</b> .....	22	
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	23	
<b>ESTUDO EMPÍRICO II</b>		
<b>Influência da Violência Familiar no Percorso Desenvolvemental dos Adolescentes</b> .....		29
<b>Resumo</b> .....	30	
<b>Abstract</b> .....	31	

<b>Influência da Violência Familiar no Percorso Desenvolvimental dos Adolescentes .....</b>	<b>32</b>
<b>Método.....</b>	<b>37</b>
Participantes.....	37
Instrumentos .....	41
Procedimentos de recolha de dados.....	42
Procedimentos de análise de dados.....	43
<b>Resultados .....</b>	<b>48</b>
<b>Discussão .....</b>	<b>49</b>
<b>Implicações práticas, limitações e pesquisas futuras.....</b>	<b>52</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>53</b>
<b>Referências Gerais.....</b>	<b>62</b>

## Índice de Tabelas e Figuras

### Estudo Empírico I

Tabela 1. <i>Distribuição da amostra por ano de escolaridade, situação dos pais e escalão na escola por sexo</i> .....	12
Tabela 2. <i>Coefficientes não padronizados, erro padrão, coeficientes padronizados (<math>\lambda</math>), coeficientes de determinação (<math>R^2</math>) após reespecificação do modelo</i> .....	19
Tabela 3. <i>Normas por idade (anos)</i> .....	21
<i>Figura 1. Especificação pictográfica do modelo final do EDS (19 itens</i> .....	18
<i>Figura 2. Reespecificação pictográfica do modelo final do EDS (19 itens)</i> .....	20

## Estudo Empírico II

Tabela 1. <i>Caracterização da amostra: género, ano de escolaridade, situação dos pais, escalão e idade, por subamostra e total (n=4403)</i> .....	40
Tabela 2. <i>Mínimo, máximo, média, desvio-padrão, e alfa de Cronbach do RPQ (n=4928)</i> .....	44
Tabela 3. <i>Mínimo, máximo, média, desvio-padrão, assimetria, achatamento e alfa de Cronbach do CTQ (n=4403)</i> .....	44
Tabela 4. <i>Médias, desvios-padrão, ANOVA e magnitude do efeito no CTQ em função de ser agressor proativo ou reativo (n=4403)</i> .....	49
<i>Figura 1. Histogramas do CTQ, subescalas e pontuação total (n=4403)</i> .....	46

## Lista de Acrónimos e Siglas

- ACP - Análise em Componentes Principais
- AFC - Análise Fatorial Confirmatória
- AFE - Análise Fatorial Confirmatória
- AMOS - *Analysis of Moment Structures*
- ANOVA - Análises de Variâncias Univariada
- APA - American Psychological Association
- BIDR - *Balanced Inventory of Desirable Responding*
- CFI - *Comparative Fit Index*
- CTQ - *Childhood Trauma Questionnaire*
- DESCA - Escala de Desejabilidade Social de Coimbra
- DP - Desvio Padrão
- EDS 20 - Escala de Desejabilidade Social 20
- EPQ-R - *Eysenck Personality Questionnaire – Revised*
- GFI - *Goodness of Fit Index*
- IC - Nível de Significância de 90% ou 95%
- IGG - Índice de Gravidade Global
- IM - *Impression Management*
- ISPCAN - *International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect*
- IVI - Inventário de Violência Interpessoal
- KMO - *Kaiser-Meyer-Olkin*
- M - *Média*
- MANOVA - Análises de Variâncias Multivariada
- MCSDS - *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale*
- MMPI - *Minnesota Multiphasic Personality Inventory*
- PreVINT - Programa de Intervenção na Violência nas Relações Interpessoais
- RMSEA - *Root Mean Square Error of Approximation*

*RMSR - Root Mean Square Residual*

*RPQ - Reactive-Proactive Aggression Questionnaire*

*RS - Resilience Scale*

*SDD - Self-Deceptive Denial*

*SDE - Self-Deceptive Enhancement*

*SDR - Social Desirable Response*

*SPSS - Statistical Package for Social Sciences*

*SRMSR - Standardised Root Mean Square Residual*

*WHO - World Health Organization*

## Introdução

A família desempenha um papel essencial no percurso desenvolvimento do indivíduo, tendo como principal função a modelagem do indivíduo (Simões, 2007). É no meio familiar que são desenvolvidas as primeiras regras e valores da vida em sociedade, comunicando-se numa herança social e cultural ao longo de várias gerações. Desta forma, a família constitui o grupo onde a criança retém as primeiras aprendizagens acerca da socialização, uma vez que a família é tida como um exemplo para a criança, os comportamentos consentidos nessas circunstâncias vão refletir-se na sua atitude, assim como em outros contextos sociais em que possa conviver (Ribeiro, 2007). Os conflitos familiares permanentes geram relações negativas entre os pais e a criança, podendo levar a criança a desenvolver comportamentos agressivos junto dos seus pares em contexto escolar (Cerezo & Lima, 2001; Moreno Moreno, Vacas Diaz & Roa Venegas, 2006).

As crianças que apresentam comportamentos agressivos no contexto escolar, tendem a ser vítimas de violência psicológica no seu ambiente familiar. Por outras palavras, a violência existente em casa parece estar relacionada com a violência ocorrida na escola (Williams & Pereira, 2008). A violência em contexto familiar é um fenómeno complexo relacionado como aspetos como desigualdade de género e dificuldades que afetam a relação entre os vários membros da família, sendo particularmente caracterizada pelo abuso de poder (Milani & Loureiro, 2008; Sani, 2018). A violência familiar envolve qualquer forma de abuso, nomeadamente físico, psicológico ou sexual, ocorrido entre os seus membros, acarretando consequências físicas, afetivas e comportamentais que, por sua vez, afetam o percurso desenvolvimental da criança (Andrade & Triches, 2008). Estudos recentes da literatura indicam que estar exposto a violência familiar pode afetar a saúde física, o funcionamento emocional e cognitivo, o comportamento social e o desenvolvimento neurobiológico e relacional (Lourenço, Pereira & Senra, 2012; Oure & Calvette, 2012).

O impacto da exposição à violência merece especial consideração, devido à riscos específicos que viver num ambiente doméstico hostil podem acarretar no adolescente. Os sentimentos de frustração e negligência podem resultar em comportamentos antissociais ou adoção prematura de posições adultas de proteção à vulnerabilidade (Díez, Fontanil, Alonso, Ezama, & Gómez, 2018). Torna-se pertinente compreender que fatores podem estar na base do comportamento agressivo nos adolescentes, nomeadamente o papel do ambiente no seu desenvolvimento (Ssewanyana, Baar, Mwangala, Newton & Abubakar, 2019).

Neste sentido, a presente dissertação assenta no estudo do fenómeno da violência familiar e nas suas consequências no percurso desenvolvimental do adolescente. Encontra-se organizada em dois estudos empíricos distintos e complementares. O primeiro estudo, intitulado “*Estudo de Validação da Escala de Desejabilidade Social numa População Adolescente*” analisar as suas qualidades psicométricas de fiabilidade e validade de uma Escala de Desejabilidade Social. O segundo estudo intitula-se “*Influência da Violência Familiar no Percurso Desenvolvimental dos Adolescentes*” e pretende averiguar a influência de ter sido exposto a maltrato infantil em contexto familiar no comportamento agressivo no contexto escolar.

## **ESTUDO EMPÍRICO I**

---

### **Estudo das Características Psicométricas da Escala de Desejabilidade Social numa População Adolescente**

## Resumo

A deseabilidade social constitui um parâmetro fundamental em contexto de investigação e avaliação psicológica. Existe uma elevada probabilidade de os indivíduos responderem de forma menos verdadeira aos itens das escalas com o propósito de apresentarem uma imagem positiva de si ou conseguirem obter determinado objetivo. A presente investigação teve como principal objetivo estudar as características psicométricas da Escala de Deseabilidade Social (Almiro et al., 2016) numa amostra de adolescentes, bem como estabelecer os valores médios das respetivas respostas. Recorrendo a uma amostra da população escolar ( $n = 7116$ ), procurou-se apurar as qualidades psicométricas da EDS-20 ao nível da precisão e da validade, bem como identificar as medidas de tendência central e de dispersão. Foram analisadas também a influência de variáveis sociodemográficas (e.g., sexo, idade e escolaridade) na deseabilidade social. Os resultados obtidos sugerem na generalidade que a escala apresenta boas qualidades psicométricas ao nível da validade fatorial e consistência interna.

**Palavras-chave:** Deseabilidade social, avaliação psicológica, adolescentes, qualidades psicométricas.

## **Abstract**

Social desirability is a fundamental parameter in the context of psychological research and evaluation. There is a high probability that individuals will respond less truthfully to items on the scales in order to present a positive image of themselves or achieve a determined goal. The present study aimed to study of the psychometric characteristics the Social Desirability Scale (Almiro et al., 2016) in a sample of adolescents, as well as to establish the mean values of the respective responses. Using a sample of the school population (n = 7116), the psychometric qualities of the EDS-20 were analyzed in terms of accuracy and validity, as well as identifying measures of central tendency and dispersion. The influence of sociodemographic variables (eg. gender, age and schooling) on social desirability was also analyzed. The results obtained generally suggest that the scale presents good psychometric qualities in terms of factorial validity and internal consistency.

**Keywords:** Social desirability, psychological evaluation, adolescents, psychometric qualities.

## **Estudo das Características Psicométricas da Escala de Desejabilidade Social numa População Adolescente**

O comportamento humano e as características de personalidade estão, na maioria das vezes, culturalmente enquadrados, estabelecendo-se assim os parâmetros do que deseja socialmente e o que é apropriado para determinado grupo (Schmitt et al., 2007). As atitudes, opiniões e valores estão também subjugadas a normas e penalizações sociais (Schmitt & Steyer, 1993). Esta validação da dimensão civilizacional gera diferenças culturais sobre os traços de personalidade considerados mais desejáveis e adequados (Schmitt et al., 2007). Este fenómeno de aprovação *versus* reprovação social e cultural, leva o ser humano a adotar determinados comportamentos que não correspondem na íntegra às suas características de personalidade, sobretudo se estas são censuradas socialmente. Neste sentido, o comportamento de um sujeito poderá ter implícita a necessidade de expor uma imagem favorável de si próprio (Seisdedos, 1996).

Também nos contextos de investigação e avaliação psicológica os indivíduos tendem a encobrir, conscientemente ou não, comportamentos e emoções que caracterizam a sua personalidade, dificultando a obtenção de respostas honestas. Para a realização de uma avaliação psicológica é frequente o psicólogo recorrer a instrumentos de autorrelato, assumindo-se que os indivíduos respondem de acordo com as suas atitudes, comportamentos e traços de personalidade. Contudo, vários estudos indicam (Schmidt et al., 2007). os testes de autorresposta são vulneráveis ao enviesamento de resposta, comprometendo o resultado da avaliação

A maioria das escalas de avaliação psicológica não tem respostas certas ou erradas, dificultando a interpretação da fiabilidade da resposta do sujeito. As respostas podem ser distorcidas e enviesadas, limitando a fiabilidade dos resultados obtidos numa determinada escala (Backstrom & Bjorklund, 2013; Crowne & Marlowe, 1960; Paulhus, 1991). Qualquer

instrumento de autoavaliação pode ser suscetível de ser respondido de forma enviesada, o respondente seleciona a resposta mais adequada do ponto de vista social, evitando assim a reprovação social (Oliveira, 2004). Por isso, as medidas de avaliação psicológica têm sido consideradas limitadas pelo potencial efeito do viés de resposta no sentido da desejabilidade social (Ackerman & Pritzl, 2011; Paunonen & LeBel, 2012; Ziegler & Buehner, 2009).

Esta tendência para responder aos testes de forma a mostrar uma imagem socialmente apropriada e valorizada de si próprio, é entendida por desejabilidade social (Crowne & Marlowe, 1960; Crutzen & Goritz, 2010, Oliveira, 2004; Paulhus, 1991; Shultz & Chávez, 1994) e constitui uma forma de enviesamento de resposta.

A desejabilidade social é um constructo explicado de formas distintas, de acordo com os diversos autores. A abrangência e diversidade de conceitos ligados à desejabilidade social têm conduzido a bastante investigação. Paulhus (1984) apresentou um modelo de dois fatores principais: o autoengano (*self-deception*), uma distorção de resposta que resulta da tendência inconsciente para fornecer autorrelatos positivos e a gestão de impressão; e *impression management*, uma distorção intencional da autoapresentação. Os indivíduos tentam dar uma imagem de si próprios que corresponde ao socialmente adequado e desejado, revelando motivação para a aprovação (Dodaj, 2012; Paulhus, 1991). Para Furnham (1986) e Leary (1995), o conceito de desejabilidade social está relacionado com fingir-se bom (*faking good*), uma tendência para um indivíduo se apresentar como saudável ou melhor ajustados do que verdadeiramente é, encobrendo os pontos fracos, em contexto de investigação ou de avaliação psicológica. Leary (1995) também aborda a estratégia de fingir-se mau (*faking bad*), que se traduz na inclinação para um indivíduo se comportar como perturbado para obter vantagem ou benefício. McCrae e Costa (1983) encaram como inconsciente esta necessidade de obter a aprovação social, tendo base numa defensividade. De acordo com Stodel (2015), trata-se de um

processo de gestão de impressão (*impression management*), que se traduz em atos conscientes e deliberados de apresentação perante o outro, para assegurar aceitação social...

Diversos autores apresentam a desejabilidade social enquanto estilo de resposta, consistente e enquadrada temporal e situacionalmente (Edwards, 1990; Furnham, 1986; Marlowe & Crowne, 1964; Paulhus, 1991). Crutzen e Goritz (2010) indicam que a maioria da variância das respostas se deve à diferença no traço e apenas uma reduzida, mas significativa proporção de variância, às condições situacionais.

De acordo com Paulhus (1991), a influência da desejabilidade social na avaliação psicológica tem sido suficientemente significativa para desencadear uma reflexão teórica e investigação empírica, uma vez que coloca em causa a fiabilidade dos dados recolhidos e, conseqüentemente, os resultados obtidos. A informação recolhida na avaliação psicológica considera-se um dos parâmetros essenciais para obter resultados validos e sólidos na avaliação dos sujeitos (Andrews & Meyer, 2003). Neste contexto, em que profissionais se deparam frequentemente com questões sensíveis, é importante assegurar a fiabilidade e validade da informação recolhida na investigação e na avaliação psicológica. Apesar das suas limitações, os instrumentos de avaliação psicológica têm demonstrado indiscutíveis vantagens para o exercício da psicologia, o que torna pertinente desenvolver e operacionalizar estudos de validação de instrumentos com recurso a diversas populações de interesse, bem como criar normas de interpretação mais coerentes para os diferentes grupos-critério (Machado & Gonçalves, 2011).

Crowne e Marlowe (1960) iniciaram a construção de um instrumento como uma alternativa à medida proposta por Edwards (1957), que construiu uma escala com itens do *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (MMPI) que avalia, sobretudo, aspetos psicopatológicos da personalidade. Edwards (1957) confundia a desejabilidade social com a ausência de psicopatologia nos sujeitos respondentes. Para construir a sua escala, Crowne e

Marlowe (1960) selecionaram 50 itens oriundos de vários diversos questionários de personalidade, que descreviam comportamentos socialmente desejáveis, não frequentes, e comportamentos indesejáveis, frequentes, excluindo itens com implicações psicopatológicas. Esses itens foram analisados em relação ao nível de desejabilidade social, por uma dezena de juízes. Os itens que obtiveram mais de 90% de concordância constituíram a versão preliminar da escala (47 itens no total). Em seguida, a versão preliminar foi analisada por outro grupo de juízes para uma nova avaliação das respostas socialmente desejáveis. Finalmente, os itens foram aplicados numa amostra de 76 alunos universitários dos Estados Unidos para uma análise do poder discriminativo dos itens. Originaram 33 itens, sendo 18 de cotação direta e 15 de cotação invertida (Crowne & Marlowe, 1960).

Na sequência dos estudos realizados por Marlowe e Crowne (1960) foi criada a Escala de Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA) por se manter a necessidade de controlar a influência da desejabilidade social nas medidas de autorrelato na avaliação psicológica em âmbito forense, sobretudo na regulação da responsabilidade parental (Oliveira, 2013). Posteriormente, surgiu a Escala de Desejabilidade Social (EDS-20) de Almiro et al. (2016), que decorreu da combinação de itens da *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale* (MCSDS) e da escala L do MMPI-2.

O estudo do processo de responder em concordância com o socialmente pretendido tem sido, ao longo de décadas, matéria de investigação e discussão por diversos autores, nomeadamente por Crowne e Marlowe (1960), Jiménez, Sánchez e Tobón (2009), Paulhus (1991, 2002) e Paunonen e LeBel (2012). Contudo, o estudo da desejabilidade social continua a ser de elevada relevância para a avaliação psicológica, uma vez que constitui uma variável fundamental à fiabilidade às informações recolhidas através de escalas de autorrelato no contexto da avaliação psicológica forense.

Dada a escassez de estudos de validação dos instrumentos de avaliação da desejabilidade social para a população portuguesa e, particularmente, para adolescentes, considerou-se pertinente analisar as propriedades da EDS 20 (Almiro et al., 2016), contribuindo, assim, para aprofundar a compreensão da desejabilidade social nesta fase e contribuindo para um maior rigor na investigação e na avaliação psicológica.

### **Objetivos**

A presente investigação teve por objetivo um novo estudo das características psicométricas da EDS 20 (Almiro et al., 2016) e estabelecer os valores médios das respostas numa amostra de adolescentes da comunidade escolar. Pretendeu-se, assim, analisar as qualidades psicométricas de fiabilidade e validade da EDS-20, bem como determinar os dados descritivos, de tendência central e de dispersão, para servirem de exemplo na utilização em contexto escolar. Procurou-se, ainda, avaliar a possível influência de algumas variáveis sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade, estado civil dos pais, escalão de apoio social) na desejabilidade social.

### **Método**

A presente investigação trata de um estudo de análise psicométrica, enquadrado na Teoria Clássica dos Testes (Anastasi, 1990; Muñiz, 2003; Nunnally, 1978).

### **Participantes**

Fizeram parte da amostra 7.116 sujeitos, 48.6% (n=3455) do sexo masculino e 55.5% (n=3661) do sexo feminino. A diferença na proporção de sujeitos do sexo masculino e do sexo feminino foi estatisticamente significativa ( $\chi^2(1)=5.963, p=.015$ ). A proporção de sujeitos do sexo feminino e do sexo masculino é bastante aproximada, com apenas 2.9% de diferença, porém, a diferença é estatisticamente significativa. É pertinente salientar a grande sensibilidade do teste de Qui-quadrado a amostra grandes, condição em que mesmo pequenas

diferenças são estatisticamente significativas. Para a análise psicométrica do teste foi mantida a totalidade da amostra.

Na Figura 1 pode ser observada a distribuição da amostra por anos de escolaridade e sexo. As idades variaram entre 12 e 20 anos, com uma média de 14.79 (DP=1.84). Dada a importância da idade no processo de validação e criação de normas, é também apresentada a distribuição por idades. As proporções de sujeitos do sexo masculino e do sexo feminino são aproximadas, sendo apenas em duas idades superiores a um ponto percentual, 14 anos (1.3%) e 16 anos (1.8%). A média de idades para o sexo masculino foi de 14.82 (DP=1.84) e para o sexo feminino de 14.76 (DP=1.84), a diferença não foi estatisticamente significativa [ $t(7114)=1.364, p=.173$ ].

Tabela 1.

*Distribuição da amostra por ano de escolaridade, situação dos pais e escalão na escola por sexo*

	Sexo		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%
<b>Escolaridade</b>						
5º ano	5	0.1	6	0.2	11	0.2
6º ano	20	0.6	15	0.4	35	0.5
7º ano	838	24.8	785	21.7	1623	23.2
8º ano	588	17.4	638	17.6	1226	17.5
9º ano	704	20.8	757	20.9	1461	20.9
10º ano	451	13.3	490	13.5	941	13.4
11º ano	329	9.7	392	10.8	721	10.3
12º ano	449	13.3	539	14.9	988	14.1
<b>Curso</b>						
Vocacional	29	0.8	9	0.3	38	0.5
Profissional	42	1.2	30	0.8	72	1.0
<b>Situação dos pais</b>						
Casados/vivem juntos	2604	75.5	2722	74.4	5326	74.9
Divorciados/separados	775	22.5	841	23.0	1616	22.7
Viúvo(a)	62	1.8	86	2.3	148	2.1
Outro	9	0.3	8	0.2	17	0.2
Falecidos	1	0.0	3	0.1	4	0.1
<b>Escalão na escola</b>						
A	980	28.4	1110	30.3	2090	29.4
B	818	23.7	883	24.1	1701	23.9
Sem escalão	1657	48.0	1668	45.6	3325	46.7
<b>Total</b>	<b>3455</b>	<b>48.6</b>	<b>3661</b>	<b>51.5</b>	<b>7116</b>	<b>100.0</b>

Apenas 46 sujeitos frequentavam o 2º ciclo, 0.2% ( $n=11$ ) no 5º ano, e 0.5% ( $n=35$ ) no 6º ano. Frequentavam o 3º ciclo, no 7º ano, 23.2% ( $n=1623$ ) da amostra, no 8º ano, 17.5% ( $n=1226$ ) e no 9º ano, 20.9% ( $n=1461$ ). Dos alunos que frequentavam o 3º ciclo, 38 (0.5%) estavam em cursos vocacionais. Frequentavam o 10º ano 13.4% ( $n=941$ ), o 11º ano, 10.3% ( $n=721$ ) e o 12º ano, 14.1% ( $n=988$ ). Dos alunos que frequentavam o ensino secundário, 72 (1.0%) estavam em cursos profissionais.

O estado civil mais frequente dos pais era casado(a) (74.9%, n=5326), seguida de divorciados/separados (22.7%, n=1616), eram viúvos 2.1% (n=148) e ambos falecidos (0.1%, n=4), e estavam noutra situação, 0.2% (n=17). Quase metade dos inquiridos não usufruía do Subsídio de Ação Social Escolar (46.7%, n=3325), tendo sido atribuído o escalão A a 29.4% (n=2090) e a 23.9% (n=1701) o escalão B.

## **Instrumentos**

### *Questionário Sociodemográfico*

Para a recolha dos dados foi utilizado um questionário sociodemográfico para relacionar as variáveis sociodemográficas (e.g., idade, sexo, escolaridade e situação dos pais, escalão de apoio social) com as restantes variáveis em estudo.

### *Escala de Desejabilidade Social*

A EDS-20 (Almiro et al., 2016) avalia comportamentos e atitudes considerados socialmente desejáveis, mas com pouca probabilidade de ocorrência. Trata-se de uma escala composta por 20 itens (EDS-20), construída com base em dois instrumentos muito utilizados no âmbito da avaliação psicológica, nomeadamente a MCSDS e a escala L (Mentira/ Desejabilidade Social) do *Eysenck Personality Questionnaire – Revised* [EPQ-R]). No estudo realizado por Altamiro et al (2016) a EDS-20 apresentou bons índices de validade e precisão ( $\alpha = .85$ ), unidimensionalidade corroborada, bem como independência de todos os itens que a compõem. Em relação ao EPQ-R, quanto à precisão, os fatores apresentam coeficientes de consistência interna de  $\alpha = .87$  para N,  $\alpha = .83$  para E,  $\alpha = .55$  para P e  $\alpha = .78$  para L (Almiro et al., 2016).

## **Procedimentos de recolha de dados**

Para a recolha de dados foi solicitado parecer institucional à Direção-Geral da Educação, à Comissão Nacional de Proteção de Dados e à Comissão de Ética da Universidade

de Trás-os-Montes e Alto Douro. Após deferimento de todos os organismos, foram realizados contactos com as escolas envolvidas no Programa PreVINT e solicitada autorização às direções de cada estabelecimento de ensino. Após concordância, foi pedido consentimento dos responsáveis legais/encarregados de educação dos menores. Depois de autorização parental, foi obtido o consentimento dos próprios adolescentes. A participação nesta investigação foi voluntária e não implicou qualquer pagamento monetário ou entrega de bem material.

Os instrumentos de recolha de dados foram preenchidos *on-line* em contexto de sala de aula, com recurso aos computadores da escola ou, quando autorizados, a *smartphones*. A confidencialidade dos dados e o anonimato foram assegurados, de forma a que nenhuma informação pessoal pudesse identificar os participantes ou os seus encarregados de educação. Antes de disponibilizar o acesso aos questionários, foram apresentadas informações relevantes sobre os objetivos e os procedimentos do estudo, bem como das instruções para o respetivo preenchimento, salientando-se que o(a) participante poderia desistir a qualquer momento.

### **Procedimentos de análise de dados**

Neste estudo pretendeu-se analisar as características psicométricas da EDS-20, desenvolvida por Almiro et al. (2016) para jovens dos 12 aos 20 anos. Os procedimentos psicométricos seguiram de perto os desenvolvidos pelos autores. Foi inicialmente efetuada uma análise em componentes principais (ACP) (Hair, Anderson & Tatham, 1995; Stevens, 1986), esta técnica de exploração da dimensionalidade subjacente a uma escala tem sido largamente utilizada em análise psicométrica. A adequação da amostra foi avaliada com recurso ao índice de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) (Leong & Austin, 2006), considerando como adequado um valor superior a .8 (Kaiser, 1974). A adequação da matriz de correlações foi testada com o *Bartlett's Test of Sphericity* (Bartlett, 1951; Tabachnick & Fidell, 2007). A

consistência interna foi avaliada com o alfa de Cronbach, e foi considerado adequado um valor superior a .8 (Anastasi, 1990; Cronbach, 1990, DeVellis, 1991; Nunnaly, 1978; Thompson, 2003). Foi ainda estudada a homogeneidade dos itens através da correlação corrigida item-total (Muñiz, 2003). O procedimento seguinte consistiu na Análise Fatorial Confirmatória (AFC) através do estimador de máxima verosimilhança (ML), mais uma vez replicando as escolhas do autor para permitir a comparabilidade dos resultados. Os cálculos foram efetuados com os pacotes estatísticos SPSS 22.0 e AMOS 20.0.

## Resultados

Para o cálculo da Análise Fatorial Exploratória (AFE) foram selecionados aleatoriamente 1.000 sujeitos entre os 7.116 que faziam parte da amostra produtora de dados, os restantes 6.116 foram considerados no cálculo da AFC.

Como foi dito, a ACP foi selecionada para replicar os procedimentos de análise dos autores. A escala foi desenhada para ser unidimensional e tal foi verificado pelos autores, nesta linha, a ACP foi forçada a um fator. O KMO foi de .912 e o *Bartlett's Test of Sphericity* foi significativo ( $\chi^2(190)=3470.98$ ,  $p<.001$ ), o que é indicador da adequação da amostra e da matriz de correlações à factorização. Não existem critérios unânimes e claramente definidos para quando uma escala deve ser considerada unidimensional. Na realidade, a unidimensionalidade é uma questão de grau (Cuesta, 1996; Pasquali, 2003). Mas devem ser considerados alguns critérios, nomeadamente a distância entre a variância explicada pelo primeiro fator relativamente aos seguintes. A análise do *Scree Plot* de Cattell (1966) remete de forma clara para a existência de um único fator. Considerando os valores próprios (*eigenvalues*) e a variância explicada pelo fator, o primeiro fator obteve um valor próprio de 5.02 e explica 25% da variância. Apesar da variância explicada não ser elevada, foi um pouco superior aos 22.55% (valor próprio =4.51) obtida pelos autores. O segundo componente

explica 6.74% da variância (valor próprio=1.35), seguido do terceiro e quarto com 5.70% (valor próprio=1.14) e 5.27% (valor próprio=1.05), respetivamente. O primeiro fator explica cerca de quatro vezes mais variância que os seguintes. Apenas o item 4 (Ages sempre de acordo com o que dizes?) obteve uma saturação inferior a .40, critério seguido pelos autores. Este item obteve uma saturação de .133 e uma comunalidade de .018, sendo candidato a exclusão. Todos os outros itens obtiveram saturações fatoriais superiores a .40. Foi obtido um alfa de Cronbach de .823, com a exclusão do item 4, o alfa sobe para .830.

Foi estudada a homogeneidade dos itens através da correlação corrigida (correlação do item com a escala exceto o próprio item). Apenas o item 1 obteve uma correlação corrigida inferior a .30, mas a sua presença na escala não degrada a medida, ou seja, o alfa de Cronbach da escala sem este item é de .28, não sendo por isso útil a sua exclusão. A saturação fatorial dos 19 itens selecionados foi em média de .51, variando entre .43 e .65. As comunalidades foram, em média, baixas (M=.26, Min.=.181, Máx.=.42). As baixas comunalidades são expectáveis na medida em que a escala com os 19 itens explica somente 25% da variância total. Almiro et al. (2016) defendem que é comum entre instrumentos no domínio da personalidade apresentarem baixas proporções de variância explicada (entre 20% e 30%). A AFC foi calculada com a segunda subamostra (n=6116) resultante da bipartição da amostra inicial com atribuição aleatória dos sujeitos. O rácio de sujeitos por item foi de 322, o que supera muito largamente os pontos de corte referidos na literatura (Hair, Black, Babin, Anderson & Tatham, 2006; Kline, 2005). O kurtosis index foi de 9.31 e a curtose em valor absoluto variou entre |0.15| e |2.28|. Não foram registadas observações outlier, sendo o valor mais elevado da distância de Mahalanobis  $d^2=41,34$ . O teste formal de ajustamento do modelo imposto aos dados da matriz observada foi estatisticamente significativo [ $\chi^2(152)=1734.52$ ,  $p<.001$ ; ],  $\chi^2/df=11$ ), porém, este teste é muito sensível a amostras grandes (Brown, 2006; Hair et al., 2006; Kline, 2005) e outros indicadores de ajustamento são necessários.

Considerando indicadores de ajustamento comparativo (*Comparative Fit Indices*) TLI e CFI foram respetivamente .898 e .910. O RMSEA tomou o valor de .041 (IC<sub>90</sub>=.040-.043).

Dois itens obtiveram coeficientes padronizados inferiores a .40, o item 1, com .304 (*Já alguma vez detestaste alguém?*) e o item 14, com .358 (*Quando eras criança alguma vez foste mal-educado(a) para com os teus pais?*). Dos restantes itens obtiveram coeficientes padronizados entre .40 e .45, oito itens, entre .45 e .50, sete itens, e acima de .50, dois itens. Não foi possível comparar com os resultados obtidos pelos autores porque não são apresentados no artigo de validação. Os coeficientes de determinação foram genericamente baixos, apenas com um item acima de .30 (item 12, *Alguma vez disseste mal de alguém?*).

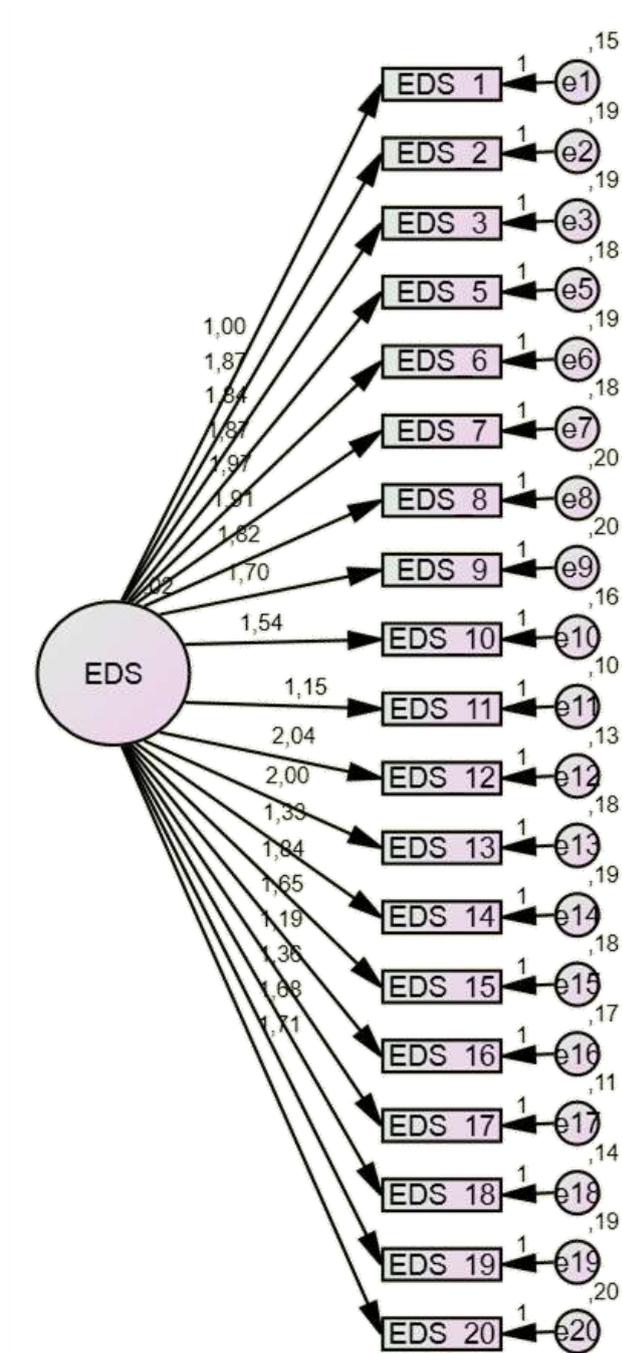


Figura 1. Especificação pictográfica do modelo final do EDS (19 itens)

A partir da análise dos índices de modificação, o modelo foi reespecificado, correlacionando os erros dos itens 17 e 18 (MI=113.67), e dos itens 6 e 12 (MI=133.59). A reespecificação resultou numa modesta melhoria nos índices de ajustamento:

$\chi^2(150)=1485.26, p<.001; \chi^2/df=9.9, TLI=.913; CFI=.924; RMSEA=.038 (IC_{90}=.036-.040).$

Apesar do teste formal de ajustamento, Qui-quadrado, ser elevado, que já referimos, tem muito a ver com o elevado tamanho da amostra, os restantes itens obtiveram valores melhores que os autores. Os autores efetuaram 16 correlações de erro enquanto que, no presente estudo, foram efetuadas duas.

Tabela 2.

*Coefficientes não padronizados, erro padrão, coeficientes padronizados ( $\lambda$ ), coeficientes de determinação ( $R^2$ ) após reespecificação do modelo*

Item	Coefficientes	Erro padrão	$\lambda$	$R^2$
1. Já alguma vez detestaste alguém?	1	-	.304	.188
2. Às vezes falas de coisas sobre as quais não sabes nada?	1.864	.096	.4747	.186
3. Alguma vez estragaste ou perdeste alguma coisa que pertencia a outra pessoa?	1.851	.096	.470	.163
5. Alguma vez culpaste alguém sabendo que a responsabilidade era tua?	1.882	.096	.493	.166
6. Às vezes gostas de falar da vida dos outros?	1.892	.097	.477	.20
7. Alguma vez ficaste com alguma coisa (nem que fosse uma caneta ou uma moeda) que pertencia a outra pessoa?	1.921	.097	.501	.236
8. Alguma vez fingiste estar doente para te livrares de fazer alguma coisa que não querias?	1.836	.095	.462	.129
9. Às vezes gabas-te um pouco?	1.695	.091	.427	.267
10. Alguma vez fizeste batota num jogo?	1.554	.082	.439	.313
11. Às vezes deixas para amanhã o que deverias fazer hoje?	1.150	.062	.416	.173
12. Alguma vez disseste mal de alguém?	1.991	.098	.559	.193
13. Já alguma vez insististe bastante para que as coisas fossem feitas à tua maneira?	2.011	.101	.517	.182
14. Quando eras criança alguma vez foste mal-educado(a) para com os teus pais?	1.340	.077	.360	.214
15. Já alguma vez disseste alguma coisa com a intenção de magoar alguém?	1.847	.094	.486	.251
16. Serias capaz de entrar num cinema sem pagar, se tivesses a certeza de que não serias detetado(a)?	1.661	.087	.451	.228
17. Já alguma vez te aproveitaste de alguém?	1.167	.064	.408	.243
18. Alguma vez aceitaste um elogio sabendo que o mérito não era teu mas sim de outra pessoa?	1.335	.073	.403	.221
19. Alguma vez te irritaste porque as pessoas expressavam ideias muito diferentes das tuas?	1.678	.089	.431	.225
20. Já alguma vez tiveste inveja da boa sorte dos outros?	1.706	.091	.434	.093

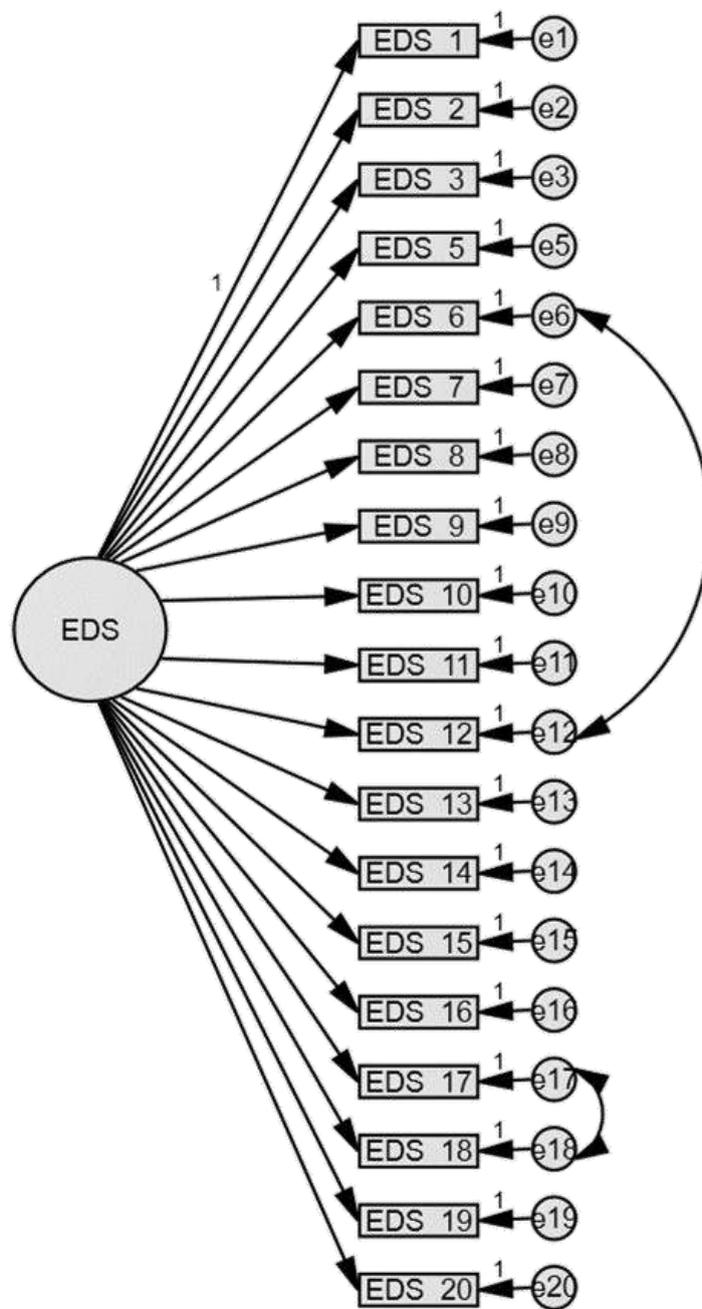


Figura 2. Reespecificação pictográfica do modelo final do EDS (19 itens)

## Proposta de normas por idade

Tabela 3.

*Normas por idade (anos)*

		12	13	14	15	16	17	18-20
<b>EDS total 19 itens</b>	n	745	954	1232	1009	848	923	405
	Média	11.05	10.63	9.76	9.39	9.27	8.87	9.63
	DP	4.20	4.31	4.32	4.23	4.45	4.16	4.50
<b>EDS total reduzido</b>	n	745	954	1232	1009	848	923	405
	Média	0.58	0.56	0.51	0.49	0.49	0.47	0.51
	DP	0.22	0.23	0.23	0.22	0.23	0.22	0.24

À semelhança do que foi feito pelos autores (Almiro et al., 2016), foi ensaiada a criação de normas, neste caso, por idades. Na Tabela 4 são apresentadas as médias obtidas a partir do somatório das pontuações por idade dos 12 aos 17 anos, tendo sido agregadas as idades dos 18 aos 20 anos. Também é apresentada a média reduzida para possibilitar a comparação com os resultados obtidos pelos autores, uma vez que, no presente estudo, foi excluído um item. Para a amostra da comunidade, os autores obtiveram uma média de 9.44 (DP=4.37) para os 20 itens. Considerando a redução da pontuação  $M/n^{\circ}$ itens, é obtida uma média de 0.47 (DP=0.22).

## Discussão

O principal objetivo deste estudo passou por analisar as características psicométricas da EDS-20 numa amostra de adolescentes. A EDS de 20 itens já tinha apresentado bons índices de precisão (Almiro et al., 2016), que foram corroborados pelo presente estudo, que obteve um alfa de Cronbach de .823. e com a exclusão do item 4, o alfa sobe para .830, o que traduz qualidade boa para a sua aplicação em contexto de avaliação de adolescentes. Foi estudada a homogeneidade dos itens através da correlação corrigida (correlação do item com a escala, exceto o próprio item). Apenas o item 1 obteve uma correlação corrigida inferior a .30,

mas a sua presença na escala não degrada a medida, ou seja, o alfa de Cronbach da escala sem este item é de .28, não sendo por isso útil a sua exclusão, o que leva a concluir que grande parte dos itens da escala estará a avaliar o mesmo constructo, neste caso, a desejabilidade social, indicando uma convergência dos itens da escala (Nunnally, 1978). É pertinente realçar que dois itens obtiveram coeficientes padronizados inferiores a .40, o item 1, com .304 (Já alguma vez detestaste alguém?) e o item 14, com .358 (Quando eras criança alguma vez foste mal-educado(a) para com os teus pais?). Os restantes itens obtiveram coeficientes padronizados entre .40 e .45, oito itens, entre .45 e .50, sete itens, e acima de .50, dois itens. Não foi possível comparar com os resultados obtidos pelos autores porque não são apresentados no artigo de validação.

### **Implicações práticas, limitações e pesquisas futuras**

Os resultados deste estudo sugerem que a EDS - 20 apresenta boas características psicométricas para a população adolescente. No entanto, considera-se pertinente mencionar como limitação que teria sido aconselhável a utilização de outras medidas validadas de desejabilidade social que não partilhassem os mesmos itens para examinar a validade convergente das pontuações. Sugere-se que estudos futuros sejam realizados com vista à obtenção de mais dados de natureza psicométrica sobre o instrumento (e.g., fiabilidade teste-reteste, visando averiguar a estabilidade temporal das pontuações). Sugere-se, ainda, proceder a estudos de validação cruzada noutras amostras (e.g., amostras clínicas de adolescentes com diagnóstico de problemas de consumo de álcool e/ou drogas, perturbações emocionais como ansiedade e depressão, ofensores com comportamentos agressivos), de forma a ter confiança de que as propriedades psicométricas se mantêm adequadas.

## Referências Bibliográficas

- Ackerman, M. J., & Pritzl, T. B. (2011). Child custody evaluation practices: A 20-year follow-up. *Family Court Review*, 49(3), 618-628. doi:10.1111/j.1744-1617.2011.01397.x
- Almiro, P., Almeida, D., Ferraz, M., Ferreira, R., Perdiz, C., Dias, I. S., ... Simões, M. R. (2016). Escala de Desejabilidade Social de 20 itens (EDS-20). In M. R. Simões, L. S. Almeida & M. Gonçalves (Eds.), *Avaliação psicológica em contextos forenses: Instrumentos validados para Portugal* (pp. 335-352). Lisboa: Pactor.
- Anastasi, A. (1990). *Psychological testing* (6th ed.). New York: Mc Millan.
- Andrews, P., & Meyer, R. G. (2003). Marlowe-Crowne Social Desirability Scale and Short Form C: Forensic norms. *Journal of Clinical Psychology*, 59(4), 483-492. doi:10.1002/jclp.10136
- Bäckström, M., & Björklund, F. (2013). Social desirability in personality inventories: symptoms, diagnosis and prescribed cure. *Scandinavian Journal of Psychology*, 54(2), 152-9. doi:10.1111/sjop.12015
- Bartlett, M. S. (1951). The effect of standardization on a chi square approximation in factor analysis. *British Medical Journal*, 350, 1-9.
- Bernstein, D. P., Stein, J. A., Newcomb, M. D., Walker, E., Pogge, D., Ahluvalia, T., ... Zule, W. (2003). Development and validation of a brief screening version of the Childhood Trauma Questionnaire. *Child Abuse & Neglect*. 2003, 27(2), 169-190. doi: 10.1016/S0145-2134(02)00541-0
- Cattell, R. B. (1966). The scree test for the number of factors. *Multivariate Behavioral Research*, 1(2), 245-276. doi:10.1207/s15327906mbr0102\_10
- Cronbach, L. J. (1990). *Essentials of psychological testing* (5th ed.). New York: Harper Collins Pubs.

- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology, 24*(4), 349-354. doi: 10.1037/h0047358
- Crutzen, R., & Goritz, A. (2010). Social desirability and self-reported health risk behaviors in web-based research: Three longitudinal studies. *BMC Public Health, 10*, 720. doi:10.1186/1471-2458-10-720
- Cuesta, M. (1996). Unidimensionalidad. In J. Muñiz (Ed.), *Psicometría*. Madrid: Editorial Universitas.
- DeVellis, R. F. (1991). *Scale Development. Theory and applications*. London: Sage Publications.
- Dodaj, A. (2012). Social desirability and self-reports: Testing a content and response-style model of socially desirable responding. *Europe's Journal of Psychology, 8*(4), 651-666. doi:10.5964/ejop.v8i4.462
- Edwards, A. (1990). Construct Validity and Social Desirability. *American Psychologist, 45*(2), 287-289. doi:10.1037/0003-066X.45.2.287
- Edwards, A. L. (1957). *The social desirability variable in personality assessment and research*. Ft Worth, TX, US: Dryden Press.
- Furnham, A. (1986). Response bias, social desirability and dissimulation. *Personality and Individual Differences, 7*(3), 385-400. doi:10.1016/0191-8869(86)90014-0
- Hair, J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (1995). *Multivariate data: Analysis with readings*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Hair, J., Black, W., Babin, B., Anderson, R., & Tatham, R. (2006). *Multivariate data analysis* (6th ed.). Uppersaddle River, N.J.: Pearson Prentice Hall.

- Helmes, E., & Holden, R. R. (2003). The construct of social desirability: One or two dimensions. *Personality and Individual Differences, 34*(6), 1015-1023.  
doi:10.1016/S0191-8869(02)00086-7
- Jiménez, F., Sánchez, G., & Tobón, C. (2009). A social desirability scale for the MMPI-2. Which of the two: Wiggins (WSD) or Edwards (ESD 2013). *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context, 1*(2), 147-163. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/26644855\\_A\\_social\\_desirability\\_scale\\_for\\_the\\_MMPI-2\\_Which\\_of\\_the\\_two\\_Wiggins\\_WSD\\_or\\_Edwards\\_ESD](https://www.researchgate.net/publication/26644855_A_social_desirability_scale_for_the_MMPI-2_Which_of_the_two_Wiggins_WSD_or_Edwards_ESD)
- Kaiser, H. F. (1974). An index of factorial simplicity. *Psychometrika, 39*(1), 31-36.  
Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02291575>
- Kline, R. (2005). *Principles and practice of structural equation modeling* (2nd ed.). New York: The Guilford Press.
- Leary, M. R. (1995). *Self-presentation, impression management and interpersonal behavior*. Brown & Benchmark. U.S.: Dubuque.
- Leong, F. T., & Austin, J. T. (2006). *The psychology research handbook* (2nd ed.). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2011). Avaliação psicológica forense: Características, problemas técnicos e questões éticas. In M. Matos, R. A. Gonçalves & C. Machado (Eds.), *Manual de psicologia forense: Contextos, práticas e desafios* (pp. 15-29). Braga: Psiquilíbrio Edições.
- Marlowe, D., & Crowne, D. P. (1964). *The approval motive*. New York: John Wiley & Sons.
- McCrae, R. R., & Costa, P. T. (1983). Social desirability scales: More substance than style. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 51*(6), 882-888. doi:10.1037/0022-006X.51.6.882
- Muñiz, J. (2003). *Teoría clásica de los tests*. Madrid: Pirámide.

- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2nd ed.). New York: McGraw-Hill.
- Oliveira, J. (2013). *Estudos de validação da Escala de Desejabilidade Social – DESCA* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Oliveira, J. H. (2004). Desejabilidade Social: Um construto de difícil avaliação. *Psychologica*, 35, 233-247.
- Oure, I., & Calvette, E. (2012). La justificación de la violencia como mediador de la relación entre la exposición a la violencia y la conducta agresiva en infancia. *Psicothema*, 24(1), 42-47. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/727/72723431007.pdf>
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. Petrópolis: Vozes.
- Paulhus, D. L. (1991). Measurement and control of response bias. In J. P. Robinson, P. R. Shaver & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of personality and social psychological attitude* (pp. 17-59). San Diego, CA: Academic Press.
- Paulhus, D. L. (1984). Two-component models of socially desirable responding. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46(3), 598-609. doi:10.1037/0022-3514.46.3.598
- Paulhus, D. L. (2002). Socially desirable responding: The evolution of a construct. In H. I. Braun, D. N. Jackson & D. E. Wiley (Eds.), *The role of constructs in psychological and educational measurement* (pp. 49-69). Mahwah NJ: Erlbaum.
- Paunonen, S. V., & LeBel, E. P. (2012). Socially desirable responding and its elusive effects on the validity of personality assessments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 103(1), 158-175. doi:10.1037/a0028165
- Raskin, R., & Hall, C. S. (1981). The Narcissistic Personality Inventory: Alternate form reliability and further evidence of construct validity. *Journal of Personality Assessment*, 45(2), 159-162. doi:10.1207/s15327752jpa4502\_10

- Sackeim, H. A., & Gur, R. C. (1978). Self-deception, self-confrontation, and consciousness. In G. E. Schwartz & D. Shapiro (Eds.), *Consciousness and self-regulation, advances in research and theory* (Vol. 2, pp. 139-197). New York: Plenum Press.
- Schmitt, D. P., Allik, J., McCrae, R. R., Benet-Martínez, V., Alcalay, L., & Ault, L. (2007). The geographic distribution of Big Five personality traits: Patterns and profiles of human self description across 56 nations. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 38(2), 173-212. doi:10.1177/0022022106297299
- Schmitt, M., & Steyer, R. (1993). A latent state-trait model (not only) for social desirability. *Personality and Individual Differences*, 14(4), 519-529. doi:10.1016/0191-8869(93)90144-R
- Seisdedos, N. (1996). The "IM" (Impression Management) Scale. *Revue Européenne de Psychologie Appliquée*, 46(1), 45-54.
- Shultz, K. S., & Chávez, D. V. (1994). The reliability and structure of a social desirability scale in English and in Spanish. *Educational and Psychological Measurement*, 54(4), 935-940. doi:10.1177/0013164494054004009
- Soubelet, A., & Salthouse, T. A. (2011). Influence of social desirability on age differences in self-reports of mood and personality. *Journal of Personality*, 79(4), 741-762. doi:10.1111/j.1467-6994.2011.00700.x
- Stevens, J. (1986). *Applied multivariate statistics for the social sciences*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Stodel, M. (2015). But what people think? Getting beyond social desirability bias by increasing cognitive load. *International Journal of Market Research*, 57(2), 313-321. doi:10.2501/IJMR-2015-024
- Tabachnick, B., & Fidell, L. (2007). *Using multivariate analysis* (5th ed.). Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.

Thompson, B. (2003). *Score reliability: Contemporary thinking on reliability issues*.

Thousand Oaks: Sage Publications.

Ziegler, M., & Buehner, M. (2009). Modeling socially desirable responding and its effects.

*Educational and Psychological Measurement*, 69(4), 548-565. doi:

10.1177/0013164408324469 9

## **ESTUDO EMPÍRICO II**

---

### **Influência da Violência Familiar no Percorso Desenvolvimental dos Adolescentes**

## Resumo

A violência familiar existe há muito tempo na nossa sociedade, produzindo consequências físicas e psicológicas significativas. No que se refere à sua dimensão psicológica, as agressões tendem a evidenciar maior importância e impacto quando são cometidas e vivenciadas por menores de idade e, em particular, em idade escolar. O presente estudo teve como principal objetivo perceber que fatores podem influenciar a prática de comportamentos agressivos, investigando a associação entre a exposição à violência familiar e a prática de comportamentos agressivos por parte dos jovens no contexto escolar. Compôs-se, assim, uma amostra total de 4.994 adolescentes, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, a frequentar do 2º ciclo ao ensino secundário. Foram excluídos 1.3% (n=65) dos sujeitos por pontuarem 1DP acima da média para a sua idade. Recorreu-se à aplicação do questionário de Agressividade Reativa-Proativa (RPQ), sendo assim possível identificar qual o tipo de agressividade predominante em cada sujeito e efetuar a sua classificação em função disso. Os sujeitos com igual pontuação, em ambas as escalas, não foram considerados no estudo diferencial. Em média, os sujeitos obtiveram pontuações mais elevadas na agressividade reativa do que na agressividade proativa. Para avaliar o trauma de infância foi utilizado o questionário de trauma infantil, forma breve (CTQ-SF), um instrumento de autoavaliação de exposição a situações de maltrato. Os resultados demonstraram que os agressores proativos obtiveram médias significativamente superiores em todas as subescalas e escala total do CTQ.

**Palavras-chave:** violência familiar, trauma infantil, adolescentes, agressividade proativa e reativa.

## **Abstract**

Family violence has long existed in our society, producing significant physical and psychological consequences. As regards their psychological dimension, aggressions tend to show greater importance and impact when committed and experienced by minors and, in particular, of school age. The main objective of this study was to understand which factors may influence the practice of aggressive behaviors by investigating the association between exposure to family violence and the practice of aggressive behaviors by young people in the school context. Thus, a total sample of 4,994 adolescents between the ages of 12 and 18 years old was enrolled in secondary education. 1.3% (n = 65) of the subjects were excluded because they scored 1DP above the mean for their age. The questionnaire on Reactive-Proactive Aggression (RPQ) was used to identify the type of aggressiveness prevalent in each subject and to classify them accordingly. Subjects with equal scores on both scales were not considered in the differential study. On average, subjects scored higher on reactive aggression than on proactive aggressiveness. In order to evaluate childhood trauma, the Childhood Trauma Questionnaire, short form (CTQ-SF), was used as a self-assessment tool for exposure to abuse situations. The results showed that proactive aggressors obtained significantly higher means in all subscales and total CTQ scale.

**Keywords:** family violence, child trauma, adolescents, proactive and reactive aggression.

## **Influência da Violência Familiar no Percorso Desenvolvidamental dos Adolescentes**

A vivência num ambiente familiar de violência, onde os atores são as figuras de vinculação, desenvolve uma noção de um mundo imprevisível, inseguro e assustador, levando à manifestação de sintomas de ansiedade, de evitamento e agressividade (Agar, 2004; Gagliotto, Berté & Vale, 2012; Socolar, 2000; Tonsing, 2018). As crianças podem ser, particularmente, sensíveis ao impacto de ambientes familiares disfuncionais, uma vez que a sua capacidade de autorregulação emocional e resposta comportamental e as suas estratégias de *coping* podem ser menos desenvolvidas em adultos (Hudley & Novac, 2007; Sani, 2018). Crianças que experimentaram ambientes familiares aversivos podem tornar-se mais impulsivas nas suas perceções imprecisas e apresentar uma retaliação agressiva (Hudley & Novak, 2007; Sani, 2017). Estudos de Ostrander, Ulrich-Lai, Choi, Richtand e Herman (2006) referem que a disciplina parental excessivamente severa ou abusiva pode conduzir a um viés atribucional hostil, uma vez que pode influenciar a criança a presumir que todos se comportam em relação a ela, de forma deliberadamente hostil. Neste sentido, a exposição a ambientes disfuncionais na infância, quando a capacidade de enfrentamento não é bem desenvolvida, pode ter um forte impacto especialmente na adaptação emocional na adolescência e na vida adulta (Hudley & Novac, 2007; Molinarini & Sani, 2016). Estudos realizados por Afifi, Mota, Sareen e MacMillan (2017) sugerem que ter sido vítima de maus-tratos na infância, está significativamente relacionado com a prática de violência na intimidade na idade adulta.

A violência familiar refere-se a qualquer forma de abuso que decorre entre os membros de uma família (Corsi, 1994; Nunes, Caridade & Sani, 2017), abrange um desequilíbrio de poder, e é exercido pelo elemento mais forte contra um mais fraco, com o

propósito de exercer o controle total sobre o relacionamento (Patró Hernández & Limiñana Gras, 2005). Os maus tratos a crianças são uma das vertentes mais conhecidas da violência familiar e dizem respeito a qualquer ação ou omissão não acidental, perpetrada pelos pais, cuidadores ou outrem, que ameace a segurança, dignidade e desenvolvimento biopsicossocial e afetivo da criança ou jovem (WHO & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect, 2016).

O Conselho de Prevenção contra o Abuso Infantil da Organização Mundial de Saúde define que maus tratos em relação à criança constitui todas as formas de tratamento doentio físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Esta definição abrange um amplo espectro de abuso que resulta em danos para a criança. Quanto à sua natureza, o maltrato infantil abrange um leque de atitudes violentas dirigidas à criança, que podem ser de cariz ativo, no caso do abuso físico e sexual, ou de cariz passivo, como é o caso da negligência e do abandono (Magalhães, 2010; Sani 2011). O abuso psicológico ou emocional pode enquadrar-se em qualquer uma das formas anteriores, ou apresentar-se isoladamente (Bruynooghe, 1988; Sansone, Leung & Wiederman 2012; WHO, 1999). Apesar de os abusos físico e sexual de crianças poderem ser traumáticos, parecem ser os abusos psicológicos contínuos e sucessivos que, geralmente, acompanham a maior parte dos vários tipos de abuso, os que apresentam efeitos mais negativos no seu percurso desenvolvimental (Moreira, 2007; Pereira, 2018).

O abuso físico ou mau trato físico, resulta de qualquer ação não acidental, isolada ou repetida, infligida por pais, cuidadores ou outros com responsabilidade face à criança ou jovem, por parte da pessoa responsável. Este tipo de maus tratos engloba um conjunto diversificado de situações traumáticas, desde a Síndrome da Criança Abanada até a intoxicações

provocadas (Krug, Dahlberg Mercy, Zwi & Lozano, 2002; WHO, 1999). O abuso sexual é definido como atos em que esse responsável usa a criança ou adolescente em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual para obter gratificação sexual, baseando-se numa relação de poder ou de autoridade (Krug et al., 2002; WHO, 1999). O abuso emocional inclui a falha de um responsável pelos cuidados com a criança, em proporcionar um ambiente apropriado e de amparo, e inclui atos que têm um efeito adverso sobre a saúde e o desenvolvimento emocional de uma criança. Dentre esses, destacam-se: restrição dos movimentos de uma criança, atos denegridores, exposição ao ridículo, ameaças e intimidações, discriminação, rejeição e outras formas não físicas de tratamento hostil (WHO, 1999).

A negligência diz respeito à não satisfação de necessidades básicas de higiene, nutrição educação e saúde, afeto, desenvolvimento emocional, abrigo e condições de vida seguras, indispensáveis para o crescimento e desenvolvimento normais das crianças e jovens. Geralmente, é continuada ao longo do tempo, pode manifestar-se de forma ativa, quando existe intenção de não prestar o cuidado necessário, ou passiva, quando resulta de incompetência ou incapacidade dos pais, ou outros responsáveis, para assegurar tais necessidades (Krug et al., 2002; WHO, 1999). Vários estudos apontam que a exposição ao abuso e outras formas de violência durante a infância está relacionada com fatores e comportamentos agressivos na adolescência e na vida adulta (Afifi et al., 2017; Sani & Nunes, 2017). Dissecando estudos que abordam exposição à violência por parte da criança, podemos concluir que as mesmas correm um risco acrescido relativamente ao desenvolvimento de problemas ao nível comportamental e emocional, com consequências para o seu percurso desenvolvimental (Costa, 2013; Nunes, Caridade & Sani, 2018). Os cuidados praticados na criança pelos seus cuidadores possuirão uma elevada interferência na sua qualidade de vida e carácter e estarão refletidos nos valores e na forma como a criança desenvolve as ideias de si própria, mas também da comunidade e do contexto em que se encontra (Deslandes, Assis &

Santos, 2005). De acordo Moretti, Obsuth, Odgers e Reebye (2006), as crianças submetidas a violência familiar tendem a reproduzir estratégias de resolução de problemas que observam nos pais e utilizam como, por exemplo, recorrer à violência física ou psicológica. No que respeita à violência, a criança pode desempenhar o papel de simples espectador dos comportamentos e atitudes de violência ou, por outro lado, também sofrer dessa mesma violência, e quando tal se concretiza, as sequelas aumentam significativamente (Margolin & Gordis, 2004; Sani & Caridade, 2018). Quanto ao conceito de agressão, nos estudos pesquisados verificaram-se algumas imprecisões relativamente à sua definição, de tal modo que o constructo surge diluído no conceito de violência e agressividade. A agressão define-se como um comportamento orientado para um objeto, um ser humano ou um animal, que provoca danos ou prejuízos (Bushman & Anderson, 2001; Gannon, Ward & Beech, 2007). A agressão é considerada um constructo heterogéneo e a sua distinção é frequentemente dividida em dois subtipos: agressividade reativa e proativa.

A agressão reativa diz respeito a uma resposta emocionalmente repleta a provocações ou frustração. Também é conhecida como agressão “impulsiva”, “quente” ou “afetiva” (Dodge & Coie, 1987; Kockler, Stanford, Nelson, Meloy & Sanford, 2006 ; Stanford, Houston, Villemarette-Pittman & Greve, 2003). A agressão proativa distingue-se da anterior, por ser um ato consciente e planeado, usado para obter proveito pessoal ou por motivos ego centrados. Também é conhecida como agressão “premeditada”, “instrumental” ou a “sangue-frio” (Blair, Peschardt, Budhani, Mitchell & Pine, 2006; Dodge & Coie, 1987). Para Crick e Dodge (1996), a agressão proativa é a agressão usada como instrumento para obter um objetivo sem qualquer provocação prévia. De acordo com diversos autores, os tipos de agressão reativa e proativa estão associados a diferentes estruturas, cognitivas e emocionais (Card & Little, 2006; Marsee & Frick, 2007; Polman, Castro & van Aken, 2008).

A agressão reativa consiste numa conduta agressiva e violenta orientada para uma determinada meta, enquanto a agressão proativa é mais elaborada, planeada e premeditada (Poulin & Boivin, 2000). O agressor proativo pode ser uma ameaça para a sociedade, o agressor reativo reage perante a menor provocação e costuma ser explosivo e instável (Poulin & Boivin, 2000). Os comportamentos proativos e reativos não possuem os mesmos antecedentes. O surgimento de comportamento agressivo proativo pode ser influenciado, dentre outros fatores, pela presença de pais consumidores de substâncias e pela ausência de monitorização parental. De acordo com Hubbard, Mcauliffe, Morrow e Romano (2010), o abuso físico e a falta de cuidado materno pode influenciar a ocorrência de comportamentos agressivos reativos. Importa destacar que os comportamentos de agressão proativa têm-se revelado preditores de comportamentos delinquentes (Raine et al., 2006; Vitaro, Gendreau, Tremblay & Oligny, 1998) e violentos (Brendgen, Vitaro, Tremblay & Lavoie, 2001). Por outro lado, no que se refere aos comportamentos de agressão reativos, esta relação preditiva não se verifica. O estudo dos fatores que influenciam o desenvolvimento e a manutenção dos comportamentos agressivos contribui para a maior compreensão deste fenómeno e, concomitantemente, para uma intervenção psicológica mais específica e individualizada.

### **Objetivos de investigação e hipóteses**

Neste enquadramento, o presente estudo teve como principal objetivo, investigar a relação entre a exposição ao maltrato infantil e o tipo de agressividade de adolescentes em contexto escolar. Por outras palavras, pretendeu-se averiguar se terem sido expostos a maltrato infantil influenciou o comportamento agressivo no contexto escolar, analisar o efeito de interação da variável independente (trauma infantil) sobre as variáveis dependentes (agressividade reativa e agressividade proativa) e, ainda, analisar as diferenças de sexos nas variáveis referidas.

Face aos objetivos apresentados, propõem-se as seguintes hipóteses de investigação:

*Hipótese 1:* Existem diferenças significativas entre os adolescentes agressores ao nível do tipo de agressividade praticada;

*Hipótese 2:* Os adolescentes agressores proativos sofreram mais de abuso emocional, comparativamente com os adolescentes agressores reativos;

*Hipótese 3:* Os adolescentes agressores proativos sofreram mais de negligência emocional, comparativamente com os adolescentes agressores reativos;

*Hipótese 4:* Os adolescentes agressores proativos sofreram mais de abuso sexual, comparativamente com os adolescentes agressores reativos;

*Hipótese 5:* Os adolescentes agressores proativos sofreram mais de abuso físico, comparativamente com os adolescentes agressores reativos;

*Hipótese 6:* Os adolescentes agressores proativos sofreram mais de abuso e negligência física, comparativamente com os adolescentes agressores reativos.

## **Método**

O presente estudo é de carácter quantitativo, pretendendo quantificar fenómenos através de procedimentos estatísticos, onde os dados obtidos foram recolhidos através de um questionário. Além disso, este estudo é do tipo transversal de carácter nomotético e de comparação entre indivíduos, visto que a recolha dos dados relativos às variáveis dependentes resulta de amostras de comportamentos normativos, medidas num único espaço de tempo.

### **Participantes**

Fizeram parte da amostra 4.994 adolescentes, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, a frequentar do 2º ciclo ao ensino secundário. Foram excluídos 1.3% (n=65) dos sujeitos por pontuarem 1DP acima da média para a sua idade (Almiro et al., 2016) no EDS-20.

Os 4.929 sujeitos selecionados foram classificados com base no RPQ em agressores reativos e agressores proativos. Para efetuar a classificação foram calculadas as pontuações nas subescalas agressividade proativa e agressividade reativa, que foram divididas pelo respectivo número de itens. Desta forma, foi possível comparar as pontuações dos sujeitos em cada uma das subescalas e identificar em qual das escalas o sujeito obteve maior pontuação. Foram classificados como proativos 408 (3.3%, do total de 4.929) sujeitos e como reativos 3.995 (81.1%, do total de 4.929). Obtiveram a mesma pontuação nas duas subescalas, 525 (10.7%, do total de 4.929) sujeitos e, por isso, não foram elegíveis para o estudo diferencial. A amostra produtora de dados foi, então, de 4.403 sujeitos com a proporção de 9.3% (n=408) para os agressores proativos e 90.7% (n=3995) para os agressores reativos. Esta é a amostra descrita e a considerada no estudo diferencial.

Na composição da amostra por gênero, 54.3% (n=2391) dos sujeitos eram do gênero feminino e 45.7% (n=2012) do gênero masculino. O teste de Qui-quadrado foi calculado para testar a independência da distribuição das variáveis gênero e “tipo de agressor” (Gomes, no prelo), e foi estatisticamente significativo [ $\chi^2(1)=39.924, p<.001$ ]. Os resíduos padronizados foram utilizados como *post hoc* do Qui-quadrado, por este ser um teste *omnibus*. Duas células da tabela de contingência obtiveram resíduos padronizados significativos para  $p<.01$ , masculino/proativo (zrp=4.4,  $p<.01$ ) e feminino/proativo (zrp=-4.1,  $p<.01$ ), ou seja, foram classificados significativamente mais rapazes do que raparigas como proativos. Na classificação agressores reativos essa diferença não se observou, os resíduos padronizados não foram significativos.

Frequentavam o 7º ano, 21.9% (n=963) da amostra, o 8º ano, 16.2% (n=712), o 9º ano, 22.2% (n=979), o 10º ano, 15.3% (n=673), o 11º ano, 11.9% (n=522), e o 12º ano, 12.6% (n=554). Considerando as variáveis tipo de agressor e ano de escolaridade, o teste de Qui quadrado foi estatisticamente significativo [ $\chi^2(5)=43.510, p<.001$ ]. Obtiveram resíduos

padronizados significativos as células agressor proativo/11ºano ( $z_{rp}=-4.5$ ,  $p<.01$ ), e agressor proativo/12ºano ( $z_{rp}=-3.0$ ,  $p<.01$ ). Estes resultados apontam para uma diminuição do número de agressores proativos a partir do 11º ano, não temos informação se esta diminuição se deve a uma modificação do comportamento ou ao abandono da escola por parte destes alunos.

No que diz respeito à situação conjugal dos pais, para 76.0% ( $n=3342$ ), os pais estão casados ou em união de facto, para 21.9% ( $n=963$ ), os pais estão separados ou divorciados, tinham perdido um dos progenitores 1.8% ( $n=80$ ) e 0.1% ( $n=3$ ) ambos. O Qui-quadrado entre o tipo de agressor e a variável situação conjugal (casados/união de facto vs. separado/divorciados) não foi estatisticamente significativa [ $\chi^2(1)=1.680$ ,  $p=.195$ ].

Em relação ao subsídio de ação social escolar, estavam no escalão A, 27.8 % ( $n=1226$ ) da amostra, no escalão B, 23.8% ( $n=1047$ ) e não tinham escalão, 48.4% ( $n=2130$ ). O teste de Qui quadrado considerando a variável tipo de agressor, foi estatisticamente significativo [ $\chi^2(1)=17.427$ ,  $p<.001$ ]. Os resíduos padronizados das células agressor proativo/escalão A ( $z_{rp}=3.1$ ,  $p<.01$ ) e agressor proativo/sem escalão ( $z_{rp}=-2.4$ ,  $p<.05$ ), nas restantes células os resíduos padronizados não foram estatisticamente significativos. Estes resultados informam-nos de que existem mais jovens agressores proativos no escalão A e menos no grupo sem escalão do que seria de esperar numa distribuição aleatória.

Tabela 1.

*Caracterização da amostra: género, ano de escolaridade, situação dos pais, escalão e idade, por subamostra e total (n=4403)*

	Agressor proativo		Agressor reativo		Amostra total	
	n	%	n	%	n	%
<b>Género</b>						
Masculino	247	60.5	1765	44.2	2012	45.7
Feminino	161	39.5	2230	55.8	2391	54.3
<b>Escolaridade</b>						
7º ano	102	25.0	861	21.6	963	21.9
8º ano	75	18.4	637	15.9	712	16.2
9º ano	115	28.2	864	21.6	979	22.2
10º ano	69	16.9	604	15.1	673	15.3
11º ano	17	4.2	505	12.6	522	11.9
12º ano	30	7.4	524	13.1	554	12.6
<b>Situação conjugal dos pais</b>						
Casados/vivem juntos	301	73.8	3041	76.2	3342	76.0
Divorciados/separados	100	24.5	863	21.6	963	21.9
Viúvo(a)	7	1.7	73	1.8	80	1.8
Outro	0	0.0	12	0.3	12	0.3
Falecidos	0	0.0	3	0.1	3	0.1
<b>Subsídio de Ação Social</b>						
<b>Escolar</b>						
A	147	36.0	1079	27.0	1226	27.8
B	98	24.0	949	23.8	1047	23.8
Sem escalão	163	40.0	1967	49.2	2130	48.4

As idades variaram entre os 12 e os 18 anos, com uma média de 14.72 (DP=1.69). Os agressores proativos tinham uma idade média de 14.49 (DP=1.53), e os agressores reativos uma média de 14.74 (DP=1.70), a diferença foi estatisticamente significativa [ $t(516.331)=-3.169, p=.002$ ]. O teste de Levene para avaliar a homocedasticidade, e por ser significativo, foi considerado a correção de Brown-Forsythe no cálculo do t-student.

## **Instrumentos**

### *Questionário Sociodemográfico*

Para a recolha dos dados foi utilizado um questionário sociodemográfico para relacionar as variáveis sociodemográficas (idade, sexo, escolaridade e situação dos pais, escalão de apoio social) com as restantes variáveis em estudo.

### *Childhood Trauma Questionnaire (CTQ-SF)*

Para avaliar o trauma de infância foi utilizado o *Childhood Trauma Questionnaire*, forma breve CTQ-SF (Bernstein et al., 2003), um instrumento de autoavaliação de exposição a situações de maltrato, ocorridas até aos 15 anos de idade. O CTQ-SF é um dos instrumentos mais usados internacionalmente no estudo do maltrato infantil em adolescentes e adultos (Baker & Maiorino, 2010; Roy & Perry, 2004; Thombs, Bernstein, Lobbstaël & Arntz, 2009). Composto por 28 itens, classificáveis numa escala de Likert de 5 pontos, sendo proveniente da versão longa de 70 itens desenvolvida por Bernstein, Ahluvalia, Pogge e Handelsman (1997). Os itens descrevem experiências de infância e são classificados de acordo com uma escala de Likert (1 – nunca, 2 – poucas vezes, 3 – às vezes, 4 – muitas vezes ou 5 – sempre. Para além de incluir um indicador geral de exposição a maltrato na infância, resultante da soma da cotação das subescalas e um índice de negação, o instrumento avalia a exposição a cinco tipos de maltrato: abuso emocional, abuso físico, abuso sexual, negligência física e negligência emocional. O índice de negação é avaliado pela existência de respostas extremas aos itens 10, 16 e 22, os quais refletem a existência de uma infância perfeita. O índice de negação, obtido pela soma de um ponto por cada resposta “sempre”, nos itens indicados, é usado para avaliar questões relacionadas com a desejabilidade social ou tendência para negar experiências negativas ocorridas durante a infância (Gerdner & Allgulander, 2009). Os autores verificaram que o CTQ-SF apresenta boa consistência interna, com valores de alfa de Cronbach a variar entre .92 para a subescala de abuso sexual, .91 para a negligência

emocional, .87 para o abuso emocional, .83 para o abuso físico e .61 para a negligência física, numa amostra comunitária representativa. No presente estudo, o CTQ obteve valores de alfa de Cronbach adequados para a escala total .89, e para as subescalas negligência emocional .80, abuso sexual .88 e abuso físico .81. Na subescala negligência física, o item 1 obteve uma correlação corrigida de .16 e foi excluído da subescala, o alfa de Cronbach subiu de .54 para .56, valor ainda insuficiente, pelo que os resultados obtidos com esta subescala devem ser analisados com cautela.

#### *Reactive-Proactive Aggression Questionnaire (RPQ)*

O RPQ foi desenvolvido por Raine et al. (2006) e adaptado para a população portuguesa por Pechorro, Marôco, Ray e Gonçalves (2015). É uma medida de autorresposta constituída por 23 itens que distingue entre agressividade reativa e proativa. Cada item é cotado em escala ordinal de três pontos, de “Nunca” a “Frequentemente”. Dos 23 itens, 11 têm como objetivo avaliar a agressão reativa e 12 itens avaliam a agressão proativa. A pontuação total e as pontuações de cada dimensão são obtidas somando os respetivos itens. As pontuações mais elevadas indicam maior presença dos traços em questão. Este instrumento apresenta boas propriedades psicométricas, com o alfa de Cronbach de .93 (agressão reativa [ $\alpha = .88$ ] e agressão proativa [ $\alpha = 0.89$ ]) (Pechorro, Silva, Marôco & Gonçalves, 2014). No presente estudo, foi obtido um alfa de Cronbach de .82 para a escala de agressividade proativa, .91 para a escala de agressividade reativa e .91 para a pontuação total.

#### **Procedimentos de recolha de dados**

A recolha de dados foi precedida da solicitação de um parecer institucional à Direção-Geral da Educação, à Comissão Nacional de Proteção de Dados e da Comissão de Ética da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Após o consentimento de todas as entidades, foram contactadas as escolas envolvidas no Programa PreVINT e pedida autorização às direções de cada estabelecimento. Obtida a concordância, foi solicitado consentimento aos

responsáveis legais/encarregados de educação dos menores. Depois de obtida autorização parental, foi obtido o consentimento dos próprios adolescentes. A participação nesta investigação foi voluntária e não implicou qualquer pagamento monetário ou entrega de bem material.

Os instrumentos de recolha de dados foram preenchidos *on-line* em contexto de sala de aula, com recurso aos computadores da escola ou, quando autorizados, a *smartphones*. A confidencialidade dos dados e o anonimato foram assegurados, desde o início, de forma a que nenhuma informação pessoal pudesse identificar os participantes ou os seus encarregados de educação. Antes do acesso aos questionários foram apresentadas informações relevantes sobre os objetivos e os procedimentos do estudo, bem como sobre as instruções para o respetivo preenchimento, salientando-se que o(a) participante poderia desistir a qualquer momento.

### **Procedimentos de análise de dados**

Importa começar por clarificar e sistematizar o percurso analítico e as decisões tomadas. Após a seleção dos sujeitos com a escala de desejabilidade social EDS-20, foi analisada a consistência interna e a homogeneidade dos itens para as escalas de agressividade proativa e reativa. Este procedimento teve como objetivo verificar a adequação da escala à amostra em estudo, não se pretendendo fazer um estudo de validação da escala, o que implicaria outros procedimentos analíticos e que extravasaria os objetivos da presente investigação. Garantida a adequação das escalas à amostra, foram obtidas as pontuações dos sujeitos em cada escala. A escala de agressividade proativa é composta por 12 itens e a escala de agressividade reativa por 11 itens. Para ser possível comparar as pontuações, foi necessário efetuar a sua transformação linear para que ficassem com a mesma métrica. As pontuações totais foram divididas pelo número de itens e ficaram com uma amplitude teórica igual à amplitude da escala de resposta.

Foi então possível identificar qual o tipo de agressividade predominante em cada sujeito e efetuar a sua classificação em função disso. Os sujeitos com igual pontuação, em ambas as escalas, não foram considerados no estudo diferencial.

No RPQ (Tabela 2), em média, os sujeitos obtiveram pontuações mais elevadas na agressividade reativa do que na agressividade proativa, a diferença foi estatisticamente significativa ( $z=-53.420$ ,  $p<.001$ ). Devido à forte assimetria (1.5) da agressividade proativa foi usada uma prova não paramétrica para medidas repetidas, o Wilcoxon Signed Ranks Test.

Tabela 2.

*Mínimo, máximo, média, desvio-padrão, e alfa de Cronbach do RPQ (n=4928)*

RPQ	Mínimo	Máximo	Média	DP	Alfa
Agressividade proativa	0	2	0.31	0.38	.822
Agressividade reativa	0	2	0.67	0.38	.912
Total	0	2	0.48	0.34	.913

Para classificar os sujeitos em agressores reativos e agressores proativos, foi considerada qual a pontuação mais elevada. Como foi referido na caracterização da amostra, foram classificados como proativos 408 (8.3%) da amostra e como reativos 3.995 (81.1%). Obtiveram a mesma pontuação nas duas subescalas 525 (10.7%) sujeitos e, por isso, não entraram no estudo diferencial.

Tabela 3.

*Mínimo, máximo, média, desvio-padrão, assimetria, achatamento e alfa de Cronbach do CTQ (n=4403).*

	Mínimo	Máximo	Média	DP	Média <sup>a</sup>	DP	Assimetria	Achatamento	Alfa
Abuso emocional	5	25	8.13	3.72	1.63	0.74	1.56	2.29	.810
Negligência emocional	5	25	9.50	4.42	1.90	0.88	1.15	0.90	.803
Abuso sexual	5	25	5.66	2.22	1.13	0.44	4.37	21.29	.885
Abuso físico	5	25	6.09	2.47	1.22	0.49	3.23	12.08	.817
Negligência física	4	16	5.35	2.33	1.34	0.58	2.01	3.66	.560
Total	28	121	42.05	13.21	1.50	0.47	1.66	2.80	.896

<sup>a</sup> Média reduzida.

O CTQ obteve valores de alfa de Cronbach adequados para a escala total (.896), e para as subescalas negligência emocional (.803), abuso sexual (.885) e abuso físico (.817) (Tabela 4). Na subescala negligência física, o item 1 obteve uma correlação corrigida de .16 e foi excluído da subescala, o alfa de Cronbach subiu de .543 para .560, valor ainda insuficiente, pelo que os resultados obtidos com esta subescala devem ser analisados com cautela. As pontuações na escala total e subescalas foram particularmente assimétricas, como pode ser visto na 1 através dos histogramas e dos valores da assimetria (Tabela 4). Apesar de a amostra ser grande e de o t-student ou a ANOVA serem robustos a violações moderadas dos seus pressupostos, neste caso, a assimetria, que afeta particularmente o teste de diferenças entre médias, foi muito elevada, podendo resultar num enviesamento não negligenciável. A subescala com a média reduzida superior foi a negligência emocional (M=1.90, DP=0.88) e com a média inferior foi o abuso sexual. A diferença entre subescalas foi estatisticamente significativa [teste de Friedman,  $\chi^2(4)=6814.474$ ,  $p<.001$ ].

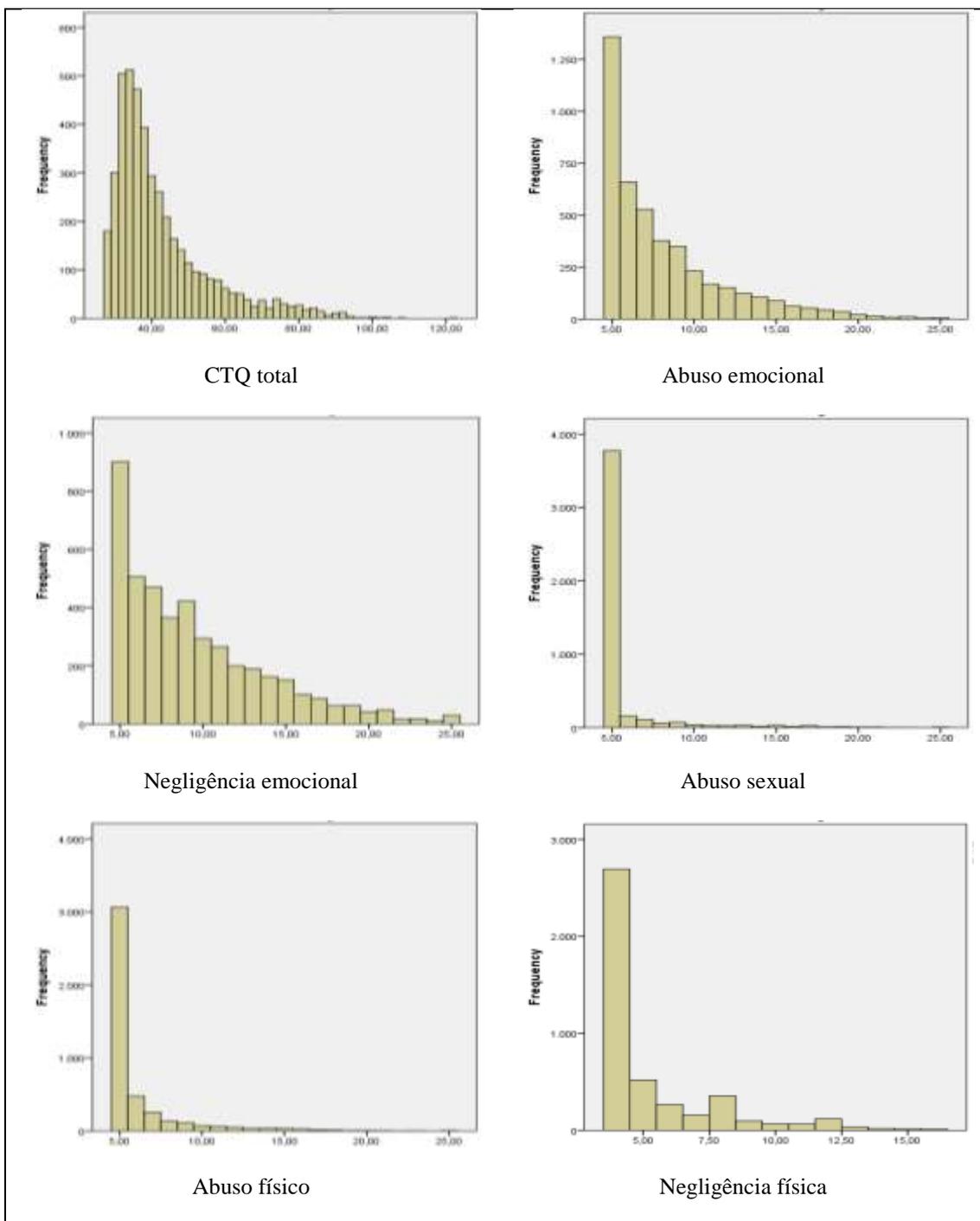


Figura 1. Histogramas do CTQ, subescalas e pontuação total (n=4403)

Foi calculada a consistência interna e a homogeneidade dos itens para o CTQ e o RPQ. Estas escalas já foram sujeitas a estudos de adaptação e validação para amostras portuguesas, contudo, a APA recomenda que, sempre que possível, seja repetida a análise psicométrica porque os procedimentos baseados na Teoria Clássica dos Testes estão associadas à amostra

onde é feito o estudo de validação (Wilkinson & Task Force on Statistical Inference, 1999). A avaliação da consistência interna e da homogeneidade dos itens demonstra a adequação da escala à amostra em estudo. Foram calculados os alfas de Cronbach e as correlações do item com a escala, exceto o próprio item (DeVellis, 1991; Netemeyer, Bearden & Sharma, 2003). DeVellis (1991), propôs a seguinte interpretação do alfa de Cronbach:  $<.60$  inaceitável; entre  $.60 - .65$  indesejável; entre  $.65 - .70$  minimamente aceitável; entre  $.70 - .80$  respeitável; Entre  $.80 - .90$  muito bom;  $90 <$  alfa ponderar redução do nº de itens.

Os testes estatísticos paramétricos têm como pressuposto a distribuição normal dos dados. Apesar de a amostra deste estudo ser grande, se a violação do pressuposto de normalidade for muito severa podem ocorrer enviesamentos importantes dos resultados. A distribuição foi estudada através da análise de histogramas e dos valores de assimetria e achatamento. Elevada assimetria das distribuições fundamentaram a opção por testes estatísticos não paramétricos.

O teste de Qui-quadrado é um teste não paramétrico adequado para testar diferenças entre duas variáveis nominais. Foram calculados os resíduos padronizados para identificar diferenças *post hoc* (Agresti, 2002). O resíduo é a diferença entre as frequências observadas e as frequências esperadas para cada célula e é convertido para um z-score. Se o valor do resíduo padronizado estiver dentro do intervalo  $1,96$  a  $-1,96$ , a diferença entre a frequência esperada e a frequência observada para a célula em causa não é estatisticamente significativa. Se o resíduo padronizado for superior a  $1,96$  ou inferior a  $-1,96$ , então a diferença é significativa para  $p < .05$ . Se for superior a  $2,58$  ou inferior a  $-2,58$ , então é significativo para  $p < .01$ . Se o resíduo padronizado for positivo significa que a frequência observada foi superior à esperada, se for negativo, então a frequência observada foi inferior à esperada. O teste estatístico não paramétrico U de Mann-Whitney foi calculado para testar diferenças numa variável intervalar entre dois níveis de uma variável nominal (Howell, 2011). O Wilcoxon

Signed Ranks Test e o Friedman's test, que são testes não paramétricos de medidas repetidas, foram calculados para testar diferenças entre médias dos sujeitos em diferentes escalas.

## **Resultados**

Os agressores proativos obtiveram médias significativamente superiores em todas as subescalas e estala total do CTQ (Tabela 4). No abuso emocional, a média dos agressores proativos foi de 1.82 (DP=0.88) e a dos agressores reativos foi de 1.61 (DP=0.73), a diferença foi estatisticamente significativa ( $U=713362.5$ ,  $p<.001$ ). A magnitude do efeito foi baixa ( $d=0.26$ ). Também na negligencia emocional os agressores proativos obtiveram uma média estatisticamente superior, média dos agressores proativos foi de 2.37 (DP=1.11) e a dos agressores reativos foi de 1.85 (DP=0.84), a diferença foi estatisticamente significativa ( $U=5987745.5$ ,  $p<.001$ ). A magnitude do efeito foi moderada ( $d=0.53$ ). Relativamente ao abuso sexual, os agressores proativos obtiveram uma média estatisticamente superior 1.41 (DP=0.77) e a dos agressores reativos foi de 1.10 (DP=0.38), a diferença foi estatisticamente significativa ( $U=644795.0$ ,  $p<.001$ ). A magnitude do efeito foi moderada ( $d=0.54$ ).

No abuso físico, a média dos agressores proativos foi de 1.51 (DP=0.77) e a dos agressores reativos foi de 1.19 (DP=0.45), a diferença foi estatisticamente significativa ( $U=637872.5$ ,  $p<.001$ ). A magnitude do efeito foi moderada ( $d=0.52$ ). Considerada a negligência física, a média dos agressores proativos foi de 1.74 (DP=0.85) e a dos agressores reativos foi de 1.30 (DP=0.53), a diferença foi estatisticamente significativa ( $U=579246.5$ ,  $p<.001$ ). A magnitude do efeito foi moderada ( $d=0.54$ ). Por fim, a pontuação total média dos agressores proativos foi de 1.81 (DP=0.67) e a dos agressores reativos foi de 1.47 (DP=0.43), a diferença foi estatisticamente significativa ( $U=579246.5$ ,  $p<.001$ ). A magnitude do efeito foi moderada ( $d=0.62$ ).

Tabela 4.

Médias, desvios-padrão, ANOVA e magnitude do efeito no CTQ em função de ser agressor proativo ou reativo (n=4403)

CTQ	Agressor						U	p	d de Cohen
	Proativo			Reativo					
	M	DP	Me	M	DP	Me			
Abuso emocional	1.82	0.88	1.60	1.61	0.73	1.40	713362.5	<.001**	0.26
Negligência emocional	2.37	1.11	2.20	1.85	0.84	1.60	598745.5	<.001**	0.53
Abuso sexual	1.41	0.77	1.00	1.10	0.38	1.00	644795.0	<.001**	0.54
Abuso físico	1.51	0.77	1.00	1.19	0.45	1.00	637872.5	<.001**	0.52
Negligencia física	1.74	0.85	1.25	1.30	0.53	1.00	579246.5	<.001**	0.64
Total	1.81	0.67	1.61	1.47	0.43	1.32	590176.0	<.001**	0.62

\*\*p<.01.

## Discussão

O presente estudo pretendeu investigar a associação entre a exposição ao maltrato infantil e tipo de agressividade de adolescentes em contexto escolar. Por outras palavras, pretendeu-se averiguar se terem sido expostos a maltrato infantil influenciou o comportamento agressivo no contexto escolar e analisar o efeito de interação da variável independente (trauma infantil) sobre as variáveis dependentes (agressividade reativa e agressividade proativa). Nesse sentido, recorreu-se a uma amostra de 4.994 adolescentes, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, a frequentar a escolaridade desde o 2º ciclo até ao ensino secundário. Foram excluídos 1.3% (n=65) dos sujeitos por pontuarem 1DP acima da média para a sua idade (Almiro et al., 2016) no EDS-20. Os resultados obtidos demonstram que os agressores proativos obtiveram médias significativamente superiores em todas as subescalas e estala total do CTQ. Ou seja, os resultados evidenciam que os agressores proativos sofreram significativamente mais trauma infantil, comparativamente com os agressores reativos.

Considerando que a agressão reativa é aquela que está mais fortemente ligada à impulsividade, e que a agressão proativa é mais elaborada, planejada e premeditada (Ballone & Moura, 2001), estes achados poderão indicar que ter recebido uma disciplina parental excessivamente abusiva terá influenciado a vítima na sua capacidade de enfrentamento e na adaptação emocional na adolescência. Neste sentido, os adolescentes vítimas de trauma infantil que exercem uma agressividade proativa, poderão ter aprendido a usar a agressão como instrumento para obter um objetivo sem qualquer provocação prévia (Cricke & Dodge, 1996).

No que se refere aos subtipos de abuso sofrido, especificamente à associação de trauma infantil por abuso emocional e tipo de agressividade praticada, os resultados encontrados evidenciam que os agressores proativos obtiveram níveis significativamente superiores de trauma infantil em relação aos agressores reativos. Também os autores Azevedo e Maia (2006), estabeleceram relação entre ter sido vítima de abuso emocional na infância e experimentar um elevado nível de agressividade para com os outros. No que se refere ao trauma infantil por negligência emocional, os resultados indicam que os agressores proativos sofreram mais que os agressores reativos, apresentando níveis superiores de sofrimento nesta dimensão. Estes resultados vão ao encontro dos estudos de Bowlby (1981), onde se constata que estas experiências são caracterizadas como "privação de mãe" e Winnicott (1983), que define como a ausência de um "ambiente suficientemente bom", ou seja, à incapacidade do ambiente de promover afetos, segurança e proteção à criança. Há indícios de que este tipo de violência seja a mais frequente (Koller & Habigzang, 2012) e a que produz maiores efeitos negativos no que diz respeito à psicopatologia (Nurius, Logan-Greene & Green, 2012). No que concerne ao trauma infantil por abuso sexual, os agressores proativos obtiveram uma média estatisticamente superior à dos agressores reativos, sendo considerada estatisticamente significativa indo ao encontro de estudos existentes apontam no sentido de que o abuso sexual

infantil pode, nos rapazes, desencadear respostas violentas, incluindo o uso de armas ou participação em lutas, que tenham por objetivo aliviar o stresse resultante do trauma de que foram vítimas (Hornor, 2010). No que diz respeito ao trauma infantil por abuso físico, os resultados encontrados evidenciam que os agressores proativos obtiveram níveis significativamente superiores comparativamente com os agressores reativos. Estes resultados são suportados pelas teorias psicossociais e baseiam-se, sobretudo, nas teorias da aprendizagem social em que a agressividade surge como uma resposta ao que é observado. O indivíduo modela o seu comportamento de acordo com o que observa, sobre que atos são encorajados e quais são reprovados, tendo ainda de ter modelos de onde retirar influência (família, amigos, figuras públicas, etc.). Logo, os comportamentos agressivos não são inatos, mas sim aprendidos por experiência ou observação (Bandura, 1977; Sani, 2018). Relativamente ao trauma infantil de abuso por negligência, os resultados demonstram que os agressores proativos obtiveram uma média estatisticamente superior à dos agressores reativos, sendo considerada estatisticamente significativa.

De uma forma geral, os resultados vão ao encontro da investigação efetuada neste domínio que tem vindo a demonstrar de forma consistente que as crianças, ao longo dos seus percursos desenvolvimentais, podem ser profundamente afetadas direta e indiretamente pela exposição à violência (Anderson & Cramer-Benjamin, 1999; Cummings & Davies, 2011; Deon, & Weems, 2010; Faircloth & Cummings, 2008; Huth-Bocks & Hughes, 2008; Sani, 2018).

## **Implicações práticas, limitações e pesquisas futuras**

Os resultados obtidos neste estudo contribuem para o conhecimento científico sobre as repercussões da violência no percurso do desenvolvimento dos adolescentes. Reforçam que é indispensável a reflexão acerca do ambiente familiar em que os adolescentes estão inseridos, bem como a forma como estes percebem, assimilam e aplicam os acontecimentos decorrentes desse contexto para outros meios, particularmente para o meio escolar. Diante destas conclusões, considera-se fundamental alertar para a necessidade de intervenção em contexto familiar, pela oportunidade que este tem para promover um ambiente estável para as crianças e adolescentes, onde os adultos são apreciados como modelos e exemplos de aprendizagem comportamental.

Considera-se fundamental dar continuidade aos estudos sobre a problemática da violência familiar, fortalecendo a investigação contínua acerca desta temática e possibilitando o desenvolvimento e implementação de programas específicos de intervenção psicológica neste contexto.

Considera-se também pertinente indicar eventuais suposições práticas para a avaliação, prevenção e intervenção no âmbito dos problemas emocionais e comportamentais na adolescência, não deixando de mencionar algumas limitações, assim como sugerir opções futuras que facilitem intervenções específicas.

### Referências Bibliográficas

- Afifi, T. O., Mota, N., Sareen, J., & MacMillan, H. L. (2017). The relationships between harsh physical punishment and child maltreatment in childhood and intimate partner violence in adulthood. *BMC Public Health*, 7(1). doi:10.1186/s12889-017-4359-8
- Agar, S. (2004). *Interventions for children who witness intimate partner violence: A literature review*. Canada: British Columbia Institute Against Family Violence.
- Agresti, A. (2002). *Categorical data analysis* (2nd ed.). New York: Wiley.
- Almiro, P., Almeida, D., Ferraz, M., Ferreira, R., Perdiz, C., Dias, I., ... Simões, M. (2016). Escala de Desejabilidade Social de 20 itens (EDS-20). In M. Simões, L. Almeida & M. Gonçalves (Eds.), *Avaliação psicológica em contextos forenses: Instrumentos validados para Portugal* (pp. 335-352). Lisboa: Pactor/Lidel.
- Anderson, S. A., & Cramer-Benjamin, D. B. (1999). The impact of couple violence on parenting and children: An overview and clinical implications. *The American Journal of Family Therapy*, 27(1), 1-19. doi:10.1080/019261899262069
- Azevedo, M. C., & Maia, A. C. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Baker, A. J., & Maiorino, E. (2010). Assessments of emotional abuse and neglect with the CTQ: Issues and estimates. *Children and Youth Services Review*, 32(5), 740-748. doi:10.1016/j.chilyouth.2010.01.011

- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84(2), 191-215. doi:10.1016/0146-6402(78)90002-4
- Berger, K. (2003). *The developing person: Through childhood and adolescence* (6th Ed.). New York: Worth Publishers.
- Bernstein, D. P., Ahluvalia, T., Pogge, D., & Handelsman, L. (1997). Validity of the Childhood Trauma Questionnaire in an adolescent psychiatric population. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 36(3), 340-348. doi:10.1097/00004583-199703000-00012
- Bernstein, D. P., Stein, J. A., Newcomb, M. D., Walker, E., Pogge, D., Ahluvalia, T., ... Zule, W. (2003). Development and validation of a brief screening version of the Childhood Trauma Questionnaire. *Child Abuse & Neglect*, 27(2), 169-190. doi:10.1016/S0145-2134(02)00541-0
- Blair, R. J., Peschardt, K. S., Budhani, S., Mitchell, D. G., & Pine, D. S. (2006). The development of psychopathy. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47(3-4), 262-276. doi:10.1111/j.1469-7610.2006.01596.x
- Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brendgen, M., Vitaro, F., Tremblay, R., & Lavoie, F. (2001). Reactive and proactive aggression: Predictions to physical violence in different contexts and moderating effects of parental monitoring and caregiving behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 29(4), 293-304. doi:10.1023/A:1010305828208
- Bruynooghe, R. (1988). O conceito de violência na família. *Infância e Juventude*, 2, 7-15.
- Bushman, B. J., & Anderson, C. A. (2001). Is it time to pull the plug on the hostile versus instrumental aggression dichotomy?. *Psychological Review*, 108(1), 273-279. doi:10.1037/0033-295X.108.1.273

- Card, N. A., & Little, T. (2006). Proactive and reactive aggression in childhood and adolescence: A meta-analysis of differential relations with psychosocial adjustment. *International Journal of Behavioral Development, 30*(5), 466-480. doi:10.1177/0165025406071904
- Corsi, J. (1994). *Violencia familiar: Una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social*. Buenos Aires: Paidós.
- Costa, D. (2013). *Exposição da criança à violência interparental: Perturbações de stress pós-traumático* (Tese de doutoramento). Universidade de Lisboa.
- Crick, N. R., & Dodge, K. A. (1996). Social-information processing mechanisms in reactive and proactive aggression. *Child Development, 67*(3), 993-1002. doi:10.2307/1131875
- Cummings, E. M., & Davies, P. (2011). *Marital conflict and children: An emotional security perspective*. New York: The Guilford Press.
- Deon, C., & Weems, C. F. (2010). Emotional development in the context of conflict: The indirect effects of interparental violence on children. *Journal of Child and Family Studies, 19*(3), 287-297. doi:10.1007/s10826-009-9296-4
- Deslandes, S., Assis, S., & Santos, N. C. (2005). Violência envolvendo crianças no Brasil: Um plural estruturante e estruturado. In Ministério da Saúde, *Impacto da violência na saúde dos brasileiros* (pp. 43-77). Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto\\_violencia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf)
- DeVellis, R. F. (1991). *Scale Development: Theory and applications*. London: Sage Publications.
- Dodge, K. A., & Coie, J. D. (1987). Social-information-processing factors in reactive and proactive aggression in children's peer groups. *Journal of Personality and Social Psychology, 53*(6), 1146-1158. doi:10.1037/0022-3514.53.6.1146

- Faircloth, W. B., & Cummings, E. M. (2008). Evaluating a parent education program for preventing the negative effects of marital conflict. *Journal of Applied Developmental Psychology, 29*(2), 141-156. doi:10.1016/j.appdev.2007.12.004
- Gagliotto, G., M., Berté, R., & Vale, G. V. (2012). Agressividade da criança no espaço escolar: Uma abordagem psicanalítica. *Revista Reflexão e Ação, 20*(1), 144-160.
- Gannon, T. A., Ward, T., & Beech, A. (2007). Cognition. In T. A. Gannon, T. Ward, A. R. Beech & D. Fisher (Eds.), *Aggressive offenders' Cognition: Theory, research and practice*. New York, NY, US: John Wiley & Sons.
- Gerdner, A., & Allgulander, C. (2009). Psychometric properties of the Swedish version of the Childhood Trauma Questionnaire-Short Form (CTQ-SF). *Nordic Journal of Psychiatry, 63*(2), 160-170. doi:10.1080/08039480802514366
- Hornor, G. (2010). Child sexual abuse: Consequences and implications. *Journal of Pediatric Health Care, 24*(6), 358-364. doi:10.1016/j.pedhc.2009.07.003
- Howell, D. (2011). *Fundamental statistics for the behavioral sciences* (7th ed.). Belmont: Wadsworth.
- Hubbard, J. A., Mcauliffe, M. D., Morrow, M. T., & Romano, L. J. (2010). Reactive and proactive aggression in childhood and adolescence: Precursors, outcomes, processes, experiences, and measurement. *Journal of Personality, 78*(1), 95-118. doi:10.1111/j.1467-6494.2009.00610.x
- Hudley, C., & Novac, A. (2007). Environmental influences, the developing brain, and aggressive behavior. *Theory Into Practice, 46*(2), 121- 129. doi:10.1080/00405840701233008
- Huth-Bocks, A. C., & Hughes, H. M. (2008). Parenting stress, parenting behavior, and children's adjustment in families experiencing intimate partner violence. *Journal of Family Violence, 23*(4), 243-251. doi:10.1007/s10896-007-9148-1

- Kockler, T. R., Stanford, M. S., Nelson, C. E., Meloy, J. R., & Sanford, K. (2006). Characterizing aggressive behavior in a forensic population. *American Journal of Orthopsychiatry*, 76(1), 80-85. doi:10.1037/0002-9432.76.1.80
- Koller, S. H., & Habigzang, L. F. (2012). *Violência contra crianças e adolescentes: Teoria, pesquisa e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (Eds.). (2002). *Informe mundial sobre la violencia y la salud*. Ginebra: Organización Mundial de la Salud. Disponível em [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/112670/9275315884\\_spa.pdf?sequence=1](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/112670/9275315884_spa.pdf?sequence=1)
- Magalhães, T. (2010). *Abuso de crianças e jovens: Da suspeita ao diagnóstico*. Lisboa: Edições Lidel
- Margolini, G., & Gordies, E. (2004). Children's exposure to violence in the family and community. *American Psychological Society*, 13(4), 152-155. doi:10.1111/j.0963-7214.2004.00296.x
- Marsee, M. A., & Frick, P. J. (2007). Exploring the cognitive and emotional correlates to proactive and reactive aggression in a sample of detained girls. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 35(6), 969-981. doi:10.1007/s10802-007-9147-y
- Molinari, F., & Sani, A. (2016). Mediação familiar: Prática de intervenção em contextos de alienação parental. In *Práticas de intervenção na violência e no crime* (pp. 85- 95). Lisboa: Pactor.
- Moreira, P. (2007). *Guia do educador face aos maus tratos. Para crianças dos 0 aos 14 anos*. Porto: Porto Editora
- Moretti, M., Obsuth, I., Odgers C., & Reebye, P. (2006). Exposure to maternal vs. paternal partner violence, PTSD, and aggression in adolescent girls and boys. *Aggressive Behavior*, 32(4), 385-395. doi:10.1002/ab.20137

- Netemeyer, R. G., Bearden, W. O., & Sharma, S. (2003). *Scaling procedures: Issues and applications*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Nunes, L. M., Caridade, S., & Sani, A. (2017). Incivilities and delinquency in schools: A social phenomenon in analysis. In *Advances in Sociology Research* (pp. 193-207). New York: Nova Science Publishers.
- Nunes, L. M., Caridade, S., & Sani, A. (2018). Diagnóstico do meio escolar: Avaliar para intervir. IA. Sani & S. Caridade (Eds.), *Violência, agressão e vitimação: Práticas para a intervenção* (337-348). Coimbra: Edições Almedina.
- Nurius, P. S., Logan-Greene, P. L., & Green, S. (2012). Adverse Childhood Experiences (ACE) within a social disadvantage framework: Distinguishing unique, cumulative, and moderated contributions to adult mental health. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 40(4), 278-290. doi:10.1080/10852352.2012.707443
- Ostrander, M., Ulrich-Lai, Y., Choi, D., Richtand, N., & Herman, J. (2006). Hypoactivity of the hypothalamo-pituitary-adrenocortical axis during recovery from chronic variable stress. *Endocrinology*, 147(4), 2008-2017. doi:10.1210/en.2005-1041
- Patrón Hernández, R., & Limiñana Gras, R. M. (2005). Víctimas de violencia familiar: Consecuencias psicológicas en hijos de mujeres maltratadas. *Anales de Psicología*, 21(1), 11-17.
- Pechorro, P., Ray, J., Barroso, R., Maroco, J., & Gonçalves, R. (2015). Validation of the inventory of callous-unemotional traits among Portuguese juvenile delinquents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 60(3), 349-365. doi:10.1177/0306624X14551256
- Pechorro, P., Silva, I., Marôco, J., & Gonçalves, R. (2014). Propriedades psicométricas da escala de ansiedade social para adolescentes em jovens institucionalizados. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 15(3), 586-596.

- Pereira, A. C. (2018). *Vitimação e bem-estar na infância e adolescência: Uma revisão sistemática da literatura* (Tese de mestrado). Universidade Lusófona do Porto.
- Polman, H., Castro, B. O., & van Aken, M. A. (2008). Experimental study of the differential effects of playing versus watching violent video games on children's aggressive behavior. *Aggressive Behavior, 34*(3), 256-264. doi:10.1002/ab.20245
- Poulin, F., & Boivin, M. (2000). Reactive and proactive aggression: Evidence of a two-factor model. *Psychological Assessment, 12*(2), 115-122. doi:10.1037/1040-3590.12.2.115
- Raine, A., Dodge, K., Loeber, R., Kopp, L., Lynam, D., Reynolds, C., ... Liu, J. (2006). The Reactive-Proactive Aggression Questionnaire: Differential correlates of reactive and proactive in adolescent boys. *Aggressive Behavior, 32*(2), 159-171. doi:10.1002/ab.20115
- Roy, C. A., & Perry, J. C. (2004). Instruments for the assessment of childhood trauma in adults. *The Journal of Nervous and Mental Disease, 192*(5), 343-351. doi:10.1097/01.nmd.0000126701.23121.
- Sani, A. (2018). Intervenção terapêutica em grupo com crianças expostas à violência doméstica. In A. Sani & S. Caridade (Eds.), *Violência, agressão e vitimação: Práticas para a intervenção* (pp. 35-57). Coimbra: Edições Almedina.
- Sani, A. I. (2011). *Crianças vítimas de violência: Representações e impacto do fenómeno*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sani, A. I. (2017). Perícias psicológicas em casos de conflito interparental: Recomendações para a prática. *Temas em Psicologia, 25*(2), 427-436. doi:10.9788/TP2017.2-02Pt
- Sani, A., & Caridade, S. (2018). *Violência, agressão e vitimação: Práticas para a intervenção* (2a ed.). Coimbra: Edições Almedina.

- Sani, A., & Nunes, L. M. (2017). *Insegurança e vitimação: A importância do diagnóstico local*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.
- Sansone, R. A., Leung, J. S., & Wiederman, M. W. (2012). Five forms of childhood trauma: Relationships with aggressive behavior in adulthood. *The Primary Care Companion for CNS Disorders, 14*(5). doi:10.4088/PCC.12m01353
- Socolar, R. (2000). Domestic violence and children: A review. *North Carolina Medical Journal, 61*(5), 279-283.
- Stanford, M. S., Houston, R. J., Villemarette-Pittman, N. R., & Greve, K. W. (2003). Premeditated aggression: Clinical assessment and cognitive psychophysiology. *Personality and Individual Differences 34*(5), 773-781. doi:10.1016/S0191-8869(02)00070-3
- Thombs, B. D., Bernstein, D. P., Lobbstaël, J., & Arntz, A. (2009). A validation study of the Dutch Childhood Trauma Questionnaire-Short Form: Factor structure, reliability, and known-groups validity. *Child Abuse Neglect, 33*, 518-523. doi:10.1016/j.chiabu.2009.03.001.
- Tonsing, J. (2018). Fijian women's experiences of domestic violence and mothers' perceived impact of children's exposure to abuse in the home. *International Social Work. <https://doi.org/10.1177/0020872818775474>*
- Vitaro, F., Gendreau, P. L., Tremblay, R. E., & Oligny, P. (1998). Reactive and proactive aggression differentially predict later conduct problems. *Journal of Child Psychology and Psychiatric, 39*(3), 377-385. doi:10.1111/1469-7610.00333
- Wilkinson, L., & The Task Force on Statistical Inference. (1999). Statistical methods in psychology journals: Guidelines and explanations. *American Psychologist, 54*(8), 594-604. doi:10.1037/0003-066X.54.8.594

Winnicott, D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre o desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed.

World Health Organization, & International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect. (2016). *Preventing child maltreatment: A guide to taking action and generating evidence*. Geneva: World Health Organization.

World Health Organization. (1999). *Report of the Consultation on Child Abuse Prevention, 29-31 March 1999* (documentWHO/HSC/PVI/99.1. Geneva: Autor.

## Referências Gerais

- Almiro, P., Almeida, D., Ferraz, M., Ferreira, R., Perdiz, C., Dias, I., ... Simões, M. (2016). Escala de Desejabilidade Social de 20 itens (EDS-20). In M. Simões, L. Almeida & M. Gonçalves (Eds.), *Avaliação psicológica em contextos forenses: Instrumentos validados para Portugal* (pp. 335-352). Lisboa: Pactor/Lidel.
- Almiro, P., Simões, M. R., & Sousa, L. (2010). *Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (versão 33 itens): Estudos de adaptação e validação para a população portuguesa*. Coimbra: Laboratório de Avaliação Psicológica e Psicometria.
- Andrade, S., & Triches, M. (2008). *Crianças privadas de meio familiar*. *Visão Global*, 11(1), 7-36.
- Bernstein, D. P., Stein, J. A., Newcomb, M. D., Walker, E., Pogge, D., Ahluvalia, T., ... Zule, W. (2003). Development and validation of a brief screening version of the Childhood Trauma Questionnaire. *Child Abuse & Neglect*, 27(2), 169-190. doi: 10.1016/S0145-2134(02)00541-0
- Cerezo, F. R., & Lima, J. M. (2001). *Condutas agressivas na idade escolar*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Díez, C., Fontanil, Y., Alonso, Y., Ezama, E., & Gómez, L. E. (2018). Adolescents at Serious Psychosocial Risk: What Is the Role of Additional Exposure to Violence in the Home? *Journal of Interpersonal Violence*, 33(6), 865–888. <https://doi.org/10.1177/0886260517708762>
- Lourenço, L. M., Pereira, B. O., & Senra, L. X. (2012). A gestão educacional na caracterização e na prevenção do bullying. In *Actas do II Semi-nário Internacional Contributos da Psicologia em Contextos Educativos* (pp. 365-374). Braga: Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho.

- Milani, G. R., & Loureiro, R. S. (2008). Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28(1), 50-67. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n1/v28n1a05.pdf>
- Moreno, Moreno, M., Vacas Diaz, M. C., & Roa Venegas, J. M. (2006). Victimización escolar y clima socio-familiar. *Revista Iberoamericana de Educación*, 40(6), 1-20.
- Oure, I., & Calvette, E. (2012). La justificación de la violencia como mediador de la relación entre la exposición a la violencia y la conducta agresiva en infancia. *Psicothema*, 24(1), 42-47.
- Ribeiro, A. T. (2007). *O bullying em contexto escolar- estudo de caso*. Porto: Universidade Portucalense.
- Sani, A. (2018). Intervenção terapêutica em grupo com crianças expostas à violência doméstica. In A. Sani & Caridade S. (Eds.), *Violência, agressão e vitimação: Práticas para a intervenção* (pp. 35-57). Coimbra: Edições Almedina.
- Simões, M., C., R. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Para a Ciência e a Tecnologia.
- Ssewanyana, D., van Baar, A., Mwangala, P. N., Newton, C. R., & Abubakar, A. (2019). Inter-relatedness of underlying factors for injury and violence among adolescents in rural coastal Kenya: A qualitative study. *Health Psychology Open*.  
<https://doi.org/10.1177/2055102919849399>
- Williams, L., C., A., & Pereira, A., C., S. (2008). A Associação entre Violência Doméstica e Violência Escolar: *uma análise preliminar*. *Educação: Teoria e Prática*, 18, 25-35.